

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**Panorama do jornalismo em Guiné-Bissau:
liberdade de imprensa sob Estado autoritário**

Rosa Pamela Lourdes Ferreira

Rio de Janeiro
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

Panorama do jornalismo em Guiné-Bissau: liberdade de imprensa sob um Estado autoritário

Rosa Pamela Lourdes Ferreira

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Escola de Comunicação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como parte dos requisitos parciais para a
obtenção do grau de bacharel em
jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Castro

Rio de Janeiro
2008

Rosa Pamela Lourdes Ferreira

**Panorama do jornalismo em Guiné-Bissau:
liberdade de imprensa sob um Estado autoritário**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Escola de Comunicação
da Universidade Federal do Rio de
Janeiro, como parte dos requisitos
parciais para a obtenção do grau de
bacharel em Jornalismo.

Aprovada em de de 2008

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo César Castro de Sousa (orientador)

Profª. Dra. Maria Helena Junqueira

Prof. Dr. Gabriel Collares Barbosa

Resumo

Depois de um longo período de colonização portuguesa, Guiné-Bissau chegou oficialmente a uma economia de mercado em meados de 1983, processo este que se seguiu com a abertura política oito anos depois. Com isso, foram criadas as bases objetivas para o início da liberalização da comunicação social no país, através da revisão da Constituição, que se refletiu através de uma Lei de Imprensa e da possibilidade de criação de empresas de rádio e televisão pela iniciativa privada. Em lei, portanto, está assegurada a liberdade de expressão e o confronto de diferentes correntes de opinião, assim como o direito a tempo de propaganda nos meios audiovisuais para os partidos políticos. Apesar das garantias constitucionais, o que se verifica na prática atualmente na Guiné-Bissau é o confisco, pelo Estado, dos direitos civis e, assim, do exercício pleno da liberdade de imprensa. Este trabalho procura mostrar então, através de uma análise crítica do panorama da imprensa, quais os aspectos que impedem um normal funcionamento da atividade jornalística no país em pleno início do século XXI.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai Maximiano pelo apoio; à minha mãe Mariana, pelo apoio incansável ao longo da minha jornada e pela confiança depositada em mim. Agradeço e dedico o meu trabalho ao meu filho Eric, ao meu marido Leonardo e aos meus amigos pelo apoio moral e paciência durante a elaboração do meu trabalho. E a todas as pessoas que de uma forma ou outra colaboram com este trabalho.

Agradeço em geral a todos os professores da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e em especial à professora Fátima Belchior, pela força e admiração, à professora Maria Helena Junqueira, pela delicadeza e paciência com que sempre me tratou, além de me “ensinar” outra forma de pensar. Ao professor Gabriel Collares, por aceitar fazer parte da banca examinadora, e à professora Raquel Paiva pela confiança.

Por fim, agradeço ao meu professor e orientador Paulo César Castro, que, mesmo sem ter qualquer tipo de informação a princípio, aceitou me orientar e sempre esteve a postos para qualquer ajuda que precisasse para melhor contribuir na pesquisa. Muito obrigada, professor pela confiança depositada em mim.

Agradeço também ao meu país por me possibilitar a vinda para estudar no Brasil e espero que dessa forma possa contribuir para o campo da pesquisa acadêmica no país.

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Surgimento e desenvolvimento da imprensa em Guiné-Bissau	4
2.1 Rádio e Televisão.....	15
2.2 Revistas	16
2.3 Agências de notícias	17
3. Legislação de imprensa: entre o avanço da Lei e a censura no dia-a-dia.....	18
3.1 Imprensa amordaçada.....	20
3.2 Imprensa em deterioração.....	32
4. O jornalismo impresso guineense: do político ao informativo.....	34
4.1 Nô Pintcha – 1ª fase.....	35
4.2 Nô Pintcha – 2ª fase.....	39
4.3 Diário de Bissau	43
4.4 Última Hora	44
4.5 Gazeta de Notícias	44
4.6 Bantaba di Nôbas.....	45
4.7 Kansaré.....	46
5. Conclusão	47
Referências bibliográficas	
Anexos	

FERREIRA, Rosa Pamela Lourdes.

Panorama do jornalismo em Guiné-Bissau: liberdade de imprensa sob um Estado autoritário. Orientador: Paulo César Castro. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2008.

55 f.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2008.

1. Jornalismo 2. Guiné-Bissau 3. História 4. Liberdade de imprensa. I. CASTRO, Paulo César (orient.) II. ECO/UFRJ. III. Título.

1. Introdução

Este trabalho procura descortinar a realidade sócio-histórica de um campo muito pouco trabalhado em Guiné-Bissau, o da imprensa. Na verdade, quase não há estudos sobre esta área no país. Um dos problemas enfrentados durante o trabalho de pesquisa foi justamente a falta de bibliografia que ajudasse a compreender a trajetória da imprensa, em seus mais variados aspectos, ao longo da história do país. As questões mais elementares envolvendo os meios de comunicação em Guiné-Bissau ainda são muito pouco exploradas por estudiosos e, no geral, quando abordadas, o são em textos que englobam os demais países africanos de língua portuguesa ou mesmo Portugal. O jornalismo, as relações públicas, a publicidade, o marketing, a comunicação empresarial, os estudos de opinião e as sondagens são áreas importantes a partir das quais se pode conhecer os contornos de uma sociedade, mas que, no país, ainda estão por receber a devida atenção dos pesquisadores. Diante deste quadro, pode-se dizer que a intenção com esta monografia é dar uma modesta contribuição aos estudos sobre a imprensa em Guiné-Bissau.

Uma pretensão específica com este trabalho é também procurar contribuir, de alguma forma, para compreender a situação política e social na qual os jornalistas guineenses exercem a profissão, buscando compreender como, em um país que tem constitucionalmente uma Lei de Imprensa, através da qual prevê a liberdade de imprensa, a censura é ainda uma triste realidade com a qual os profissionais convivem. Não por acaso, Guiné-Bissau constantemente é citado nos relatórios das entidades internacionais que denunciam os diferentes empecilhos criados ao livre exercício da imprensa em todo o mundo.

Outra preocupação foi entender como é a prática jornalística que se configura através dos jornais impressos que circulam no país. Para isso, foi necessário analisar os jornais, através de suas pautas (quais temas aparecem em suas páginas), pela forma como editam e diagramam as notícias, como redigem seus títulos e textos, como usam as fotos e a quais assuntos dão menos ou mais destaque.

Quanto à falta de bibliografia, para não dizer que é totalmente escassa, dois estudos foram valiosos para compreender, no primeiro momento, o processo através do qual se deu a instalação da imprensa na Guiné-Bissau e, assim, poder correlacionar com

o processo político do país. O primeiro foi o artigo intitulado “Os Desafios da Transição política na Guiné-Bissau”, publicado pelo sociólogo guineense Carlos Cardoso, e o segundo foi o projeto de pesquisa “Imprensa das Colônias de Expressão Portuguesa: primeira aproximação”, de Antonio Hohlfeldt¹.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos. O segundo capítulo trata do processo histórico da imprensa guineense, desde a época colonial até os dias de hoje, contextualizando as fases da imprensa, mostrando-se como se deram a instalação de diversas áreas da comunicação social no país. O terceiro capítulo aborda a legislação da imprensa no país, destacando a atividade jornalística, confrontando com a realidade econômica e social guineense. Levando-se em conta a oficialização da economia de mercado em meados de 1983, seguida da abertura política oito anos depois, criaram-se as bases objetivas para o início da liberalização da comunicação social. Na sequência da revisão constitucional, que possibilitou a aprovação da Lei de Imprensa em 1991, o Estatuto dos Jornalistas, o Decreto de Registro de Imprensa e a Lei do Conselho Nacional de Comunicação Social, destaca-se ainda a problemática da censura que permeia o dia-a-dia dos jornalistas no exercício da imprensa no país, para tal, compara-se a norma legal que estabelece direito pleno ao cidadão de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento através da imprensa (...) com diversos episódios de práticas abusivas de cerceamento da liberdade de expressão e de imprensa em Guiné-Bissau. O quarto capítulo aborda a relação entre imprensa e política e as frequentes censuras aos meios de comunicação na Guiné-Bissau, através de relatos nos veículos impressos, sites e relatórios de ONGs, como a Comissão Internacional dos Direitos Humanos e Repórteres Sem Fronteiras. Para fazer uma análise da situação da imprensa no país, faz-se uma descrição geral e depois particular de alguns jornais publicados atualmente na Guiné, levando em consideração os diferentes elementos jornalísticos que os compõem.

A montagem do *corpus* do trabalho foi aleatória devido à distância geográfica do objeto de estudo, e a total precariedade dos arquivos públicos no país, onde não há um acervo disponível e organizado para a pesquisa.

¹ Trata-se de um projeto de Pós-doutorado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. A pesquisa buscou localizar, levantar e analisar todos os jornais de colônias portuguesas que integram o valioso acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

O principal objetivo do trabalho é fazer uma análise crítica do atual panorama do jornalismo na Guiné-Bissau, propor mudanças e destacar aspectos que impedem um normal funcionamento da atividade jornalística no país.

2. Surgimento e desenvolvimento da imprensa em Guiné-Bissau

No século XIV, os primeiros navegadores portugueses chegaram ao território onde hoje fica Guiné-Bissau², que pertencia ao império Mali, estado da África Ocidental que existiu entre os séculos XIII e XIV e que incluía a maior parte dos territórios que compreendem atualmente Mali, Gâmbia e Senegal, além de regiões da Mauritânia, Níger e Burkina Faso. A partir daí inicia-se então um longo processo de implantação do monopólio comercial na região, em que os “produtos” principais eram o ouro e os escravos. Em conjunto com a centralidade econômica dos impérios cresce também o seu peso simbólico, ideológico e político (THOMAZ, 2002:39).

A partir da segunda metade do século XIX, intensificam-se, entre as grandes potências coloniais, as disputas pelos territórios africanos. A realização da Conferência de Berlim, de 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885, foi a tentativa de organizar, na forma de regras, a ocupação da África. Os historiadores têm levantado a questão sobre a complexa história diplomática européia da época, assim como a violência que presidiu a efetivação da partilha das terras africanas (PARKENHAM, 1997; WESSELING, 1998 *apud* THOMAZ, 2002, p. 40), pois a divisão não respeitou a história e nem mesmo as relações étnicas e mesmo familiares dos povos do continente. Houve, assim, uma ruptura de vários povos locais, separando povos com os mesmos costumes e tradições e agregando povos sem consciência nacional. A então chamada Guiné Portuguesa torna-se colônia de Portugal. Ao longo de todo o final do século XIX, Portugal intensificou sua ocupação na Guiné- Bissau.

A partir dos anos 1950, depois de várias ações de resistência à ocupação colonial, as idéias pró-independência começam a ganhar força nas camadas urbanas, precisamente em 1956, com a criação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), de orientação marxista, fundado por Amílcar Cabral. Com o fim

² Guiné-Bissau situa-se na Costa Ocidental da África, estendendo-se pelo litoral, desde o Cabo Roxo até a ponta de Cagete. Faz fronteira, ao Norte, com o Senegal, ao Este e Sudeste com a República da Guiné e ao Sul e Oeste com o Oceano Atlântico. Além do território continental, o país incorpora em torno de 40 ilhas que formam o arquipélago dos Bijagós, cuja separação do continente é feita pelos canais de Geba, Pedro Álvares, Bolama e Canhabaque. Sua superfície total é de 36.125 km², maior um pouco do que o Estado brasileiro de Alagoas. Bissau é a capital da República da Guiné-Bissau, tem o estatuto de região e é denominada Setor Autônomo de Bissau, dada a sua particularidade política, econômica e social. Tem uma superfície de 78 km² e uma população de 354.983 habitantes. Além do português, são falados no país o crioulo e vários idiomas diferentes. A Guiné integra a PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). Cf. Instituto Nacional de Estatística e Censos da Guiné-Bissau, 2004.

da colonização, em 1973, dá-se início à independência da Guiné-Bissau, conquistada após dez anos de luta armada liderada por Amílcar Cabral. Três meses após o seu assassinato, em 20 de janeiro de 1973, é desencadeada a “Operação Amílcar Cabral”, cujo objetivo era o fim da presença colonial em Guiné.

Quatro meses depois, a 24 de setembro de 1973, reunia-se em Madina do Boé – situada na zona sudeste da Guiné-Bissau – a primeira Assembleia Nacional Popular, que declarava a existência de um Estado soberano, a República da Guiné-Bissau, rapidamente reconhecida por 63 países da comunidade internacional. Luís Cabral então é eleito primeiro Presidente da República. Menos de um ano depois, a 25 de Abril de 1974, deixavam Guiné-Bissau as forças portuguesas de ocupação. Era exatamente neste momento que os militares portugueses punham em marcha a “Revolução dos Cravos” e acabavam com uma ditadura de 48 anos, processo concomitante com o começo do fim do império colonial português. Após a independência do país, o PAIGC, como “o único”, esteve à frente do Estado durante 20 anos.

Apesar do fim do jugo português, Guiné-Bissau só iniciou seu processo de democratização em 1991. As primeiras eleições diretas e multipartidárias realizaram-se em 1994, tendo o PAIGC, ao sair vencedor do pleito, governado o país até 7 de maio de 1999, data em que o poder foi destituído por uma junta militar. Em junho 1998, acontece uma revolta militar e começa a guerra civil no país, os combates se concentraram na capital, ocasionando o deslocamento de cerca de 300.000 pessoas para as zonas rurais onde o conflito era quase inexistente.

A guerra dura até maio de 1999, com a vitória dos militares e o exílio do então presidente Nino Vieira em Portugal. Comandado pelo presidente interino, Bacai Sanhá, anteriormente Presidente da Assembleia Nacional, o país tem novas eleições em novembro do mesmo ano. Seguiu-se um período transitório até serem organizadas as eleições em 17 de Fevereiro de 2000.

Em 2000, Guiné tem um presidente eleito - Koumba Yalá - democraticamente através de eleições consideradas pela comunidade internacional como transparentes e válidas. Mesmo assim, a situação política, era marcada pela contestação permanente da oposição, que acusava o governo de exercer controle sobre os meios de comunicação e manter assim o monopólio sobre a opinião pública.

Neste quadro de instabilidade política, econômica e social que a Guiné-Bissau, em novembro de 2003, sofre mais um golpe de Estado liderado pelo Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, o General Veríssimo Correia Seabra, que afasta o presidente Koumba Yalá do poder.

Logo depois, é adotado no país a Carta de Transição Política – que estabelecia um período de transição política – que a partir daí estabelecia uma data para a realização de novas eleições legislativas no país. Logo a seguir são realizadas as eleições presidenciais e é eleito João Bernardo Nino Vieira. Assim, com essas eleições, registrou-se o fim da transição política e o regresso à normalidade institucional e constitucional do País.³

Em 2004, organizaram-se novas eleições legislativas num contexto de crescentes tensões e distúrbios por todo o país, ocasionados devido à misteriosa morte do auto declarado chefe supremo das forças armadas, Ansumane Mané, mas a paz é controlada e mantida através de intervenções internacionais. Dessas eleições, o PAIGC sai vitorioso com 45 dos 100 lugares na Assembléia Nacional. O Sr. Carlos Gomes Júnior, Presidente do PAIGC, tomou posse como Primeiro Ministro. Em 2005, o Nino Vieira foi novamente eleito presidente.

Atualmente foram realizadas em novembro novas eleições legislativas consideradas justas e pacíficas pela comunidade internacional e com a cobertura isenta e imparcial assegurada pela ONU com o objetivo de garantir o ato democrático no país. As próximas eleições presidenciais deverão realizar-se em 2010.⁴

Feita esta rápida contextualização histórica e política de Guiné-Bissau, vamos tentar falar sobre a imprensa, em língua portuguesa, feita no país. Mas antes de adentrar a uma história da imprensa em Guiné-Bissau, faz-se importante trazer à cena a periodização apontada por Antonio Hohlfeldt para entender o desenvolvimento da imprensa nos países de colonização portuguesa, baseado em Júlio Castro Lopo a propósito do jornalismo angolano. Segundo o autor, pode-se falar, *lato senso*, em três

³Fonte: Assembléia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau - <http://www.anpguinebissau.org/historia/historia-guine-bissau>.

⁴ Fonte: O OBSERVATÓRIO- órgão defensor dos direitos humanos - Guiné-Bissau – relatório sobre Liberdade e Direitos Humanos - Um Ambiente Prejudicial para o Trabalho dos Defensores dos Direitos Humanos, de outubro de 2008.

grandes momentos na história da imprensa das colônias portuguesas, excetuando-se, no caso, o Brasil, que tem uma periodização um pouco diversa pelo processo sócio-político experimentado por esta colônia.

- a) imprensa oficial, da data de criação dos respectivos *boletins oficiais* até o surgimento de um jornal que gozasse de maior distanciamento da autoridade política e administrativa da colônia;
- b) imprensa livre, da data de criação desses jornais com maior autonomia, até o aparecimento de jornais em que a atividade jornalística fosse considerada, em sentido estrito, como profissionalizada;
- c) imprensa profissional, a partir daquele momento, quando o jornal se torna a referência para a sobrevivência de seu diretor, editor ou redator (em alguns casos, tudo isso ao mesmo tempo) e onde, em geral, o jornal se imprime a partir de uma gráfica própria que também imprime outros periódicos e/ou realiza serviços gráficos para terceiros, garantindo sua independência financeira. (HOHLFELDT, 2008:5-6)

O autor propõe que, a exemplo do que é feito em Portugal, à imprensa colonial também seja acrescido um quarto período, vinculado aos acontecimentos posteriores a 25 de abril de 1974, “porque daí em diante desdobraram-se e se concretizaram os projetos independentistas das colônias, em conseqüências mais do que evidentes” (HOLLFELDT, 2008:6).

Para Isabel Ferin Cunha, pode-se afirmar que o conceito moderno de imprensa se espalhou nas colônias portuguesas com a introdução da tipografia e o lançamento dos boletins oficiais dos governos, criados por imposição régia em 1836, quando Sá da Bandeira, no artigo 13º do Decreto de 7 de dezembro, determina que sejam criadas nas possessões ultramarinas publicações capazes de transmitir informações legais, comerciais e gerais, necessárias ao público residente nas colônias⁵. Esta imprensa administrativa era uma manifestação do Estado colonial e tinha como função informar os colonos (de Cabo Verde, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau) dos dispositivos legais elaborados pela administração central. Apesar de terem

⁵ CUNHA, Isabel Ferin. “Das imagens dos media aos media: fragmentos do espaço lusófono”. Lisboa: Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, v. 3, n. 1, 2007. p. 26. Cf. <http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/anuariolusofono/article/view/1179/972>

circulado em terras guineenses livros didáticos e prelos antes de 1494⁶, a introdução da tipografia no país é considerada como oficial apenas em 1879. “Os primeiros órgãos de comunicação social foram o Boletim Oficial de cada colônia, que dava abrigo à legislação, noticiário oficial e religioso, mas que também incluía textos literários (poemas e crônicas).”⁷ O primeiro periódico do país, o *Boletim Oficial da Província da Guiné Portuguesa*, foi criado em 1880 e, com alguns intervalos, foi publicado até 1974⁸, às vésperas da independência do país. De 1842 a 1880, Guiné-Bissau recebia o mesmo boletim oficial de Cabo Verde, período em que os dois territórios formavam a unidade política.

Isabel Ferin Cunha defende que os boletins oficiais vão, pouco a pouco, introduzindo nas colônias portuguesas outro tipo de informação – econômica, social e finalmente política –, “inspirando a fundação de uma imprensa de opinião, primeiramente crítica, depois contestatória, das administrações coloniais”⁹. A autora, entretanto, não aponta quais são estes veículos e nem quando foram publicados. No caso de Guiné-Bissau, a suposição é de que esteja tratando da criação do jornal *Nô Pintcha*, de que trataremos mais à frente.

Ainda que sem o selo oficial da metrópole, o segundo jornal de Guiné-Bissau foi o *Ecos da Guiné*, que apareceu em 1920. Leopoldo Amado registra ainda, na mesma década de 1920, o surgimento de outros dois jornais – *A Voz da Guiné* (1922) e *Pró-Guiné* (1924). Eram veículos editados pelos colonos e que, mesmo com sua efemeridade (não ultrapassaram os seis meses), retratavam quase exclusivamente temas relativos a Portugal, como a implantação da República, proclamada em 5 de outubro de 1910. Os dois últimos jornais, por exemplo, se intitulavam, respectivamente, de “quinzenário republicano independente” e “órgão do Partido Republicano Democrático”. Com isso, a população local, além de não deter os instrumentos

⁶ Cf. o resumo de *A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe*, GONÇALVES, José Júlio, que se encontra em <http://teoriadojornalismo.ufp.pt/livros/goncalves1966-2/>. A obra foi publicada em 1966 pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina da Universidade Técnica de Lisboa.

⁷ In <http://directoluso.blogspot.com/2007/05/como-me-disseram-que-o-livro-difcil-de.html>. 05/10/2008.

⁸ AMADO, Leopoldo. “A Literatura Colonial Guineense”. Revista ICALP (Instituto de Cultura e Língua Portuguesa), vol. 20 e 21, julho-outubro de 1990, pp. 160-178. Cf. <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/bdc/revistas/revistaicalp/litcolonialguine.pdf>

⁹ CUNHA, Isabel Ferin. “Das imagens dos media aos media: fragmentos do espaço lusófono”. Lisboa: Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, v. 3, n. 1, 2007. p. 26. Cf.

<http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/anuariolusofono/article/view/1179/972>

necessários a produção de seus próprios jornais, dificilmente aparecia retratada nas páginas dos jornais.

Raras vezes fazia-se referência à população africana, pois, era bastante diminuta a sua presença na vida urbana das cidades coloniais, o que somente era tolerado pelos serviços domésticos que realizavam junto aos colonos. Quando se dizia entusiasticamente que “quando alcançarmos a meta das nossas mais caras aspirações, então, sim, descansamos da cruzada santa, erguendo bem alto (...) o nome de Portugal”, diziam-no por exclusão de partes, pois, decerto, não pensavam na população africana, que ainda não tinha conquistado qualquer estatuto social que não o de selvagens. (AMADO, 1990:4).

A imprensa da época, segundo ainda Amado, refletia um espaço de ataques e contra-ataques de uma multidão burocrática que, longe de Portugal, estava entregue a uma luta desenfreada à procura de posses. “Em suma, um ambiente que denotava fortemente o sentimento generalizado de degradação moral e política a que estavam sujeitos os colonos na Guiné” (AMADO, 1990:4). Situação reforçada ainda pela condição a que estavam submetidos os guineenses pelos colonizadores.

(...) as condições de inserção do guineense eram praticamente nulas, salvo casos muito pontuais. E, a provar isso, o artigo 2.º do Decreto n.º 16473, de 6 de Dezembro de 1922, pregava que, “para efeitos do presente estatuto são considerados indígenas os indivíduos de raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se distinguem do comum daquela raça; e não indígenas, os indivíduos de qualquer raça que não estejam nestas condições”. Como se podia ver por esta disposição legal, estavam criadas as condições jurídicas para a marginalização do guineense na sociedade da época, se considerarmos a clivagem institucionalizada entre portugueses e guineenses, entretanto estabelecida e ainda o grau de instrução destes que, também, eram quase insignificantes. (AMADO, 1990:5)

Estes jornais, apesar das características que o diferenciavam do *Boletim Oficial da Guiné*, podem ser incluídos na categoria de imprensa oficial. Se não são órgãos com a chancela da metrópole, também não se pode afirmar, pelos seus conteúdos e pelos seus responsáveis, que se enquadravam na segunda periodização adotada por Hohlfeldt. Por isso, no caso de Guiné-Bissau, seria importante acrescentar à classificação “imprensa oficial” também os jornais cuja escolha temática e edição fossem de responsabilidade dos colonos.

O primeiro jornal editado por um guineense – a partir de uma tipografia privada surgida em 1930 – viria a aparecer somente em 1931, marcando o que pode ser considerado o início da segunda fase da imprensa no país. Armando António Pereira, talvez um dos únicos guineenses com formação superior à época, criou *O Comércio da Guiné*, no momento em que Bissau ganhava importância como porto de ótima navegação, resultando daí um grande movimento comercial na cidade (dois anos depois, Bissau passou a capital do país). Armando Pereira (pai da presidente da Assembleia Nacional nos anos 1980, Carmen Pereira) deu espaço para os interesses comerciais da colônia, mas também abriu as páginas do jornal aos temas culturais em geral e aos literários em particular. “Todavia, convém que se diga, ‘O Comércio da Guiné’, não se afastou muito do discurso colonial, apesar de se ter assumido vagamente como defensor dos interesses dos guineenses”, assevera Amado (1990:9). O autor guineense garante que entre a publicação dos três jornais da década de 1920 e o jornal de Armando Pereira (que também viveu apenas seis meses) nenhuma outra publicação surgiu em Guiné-Bissau.

A década de 1930 foi também de raros e efêmeros jornais. Depois de *O Comércio da Guiné*, surgiram o *15 de Agosto* (1932), o *Sport Lisboa e Bolama* (1938) e *A Guiné Agradecida* (1939), todos com apenas um número. Guiné-Bissau, assim como as demais colônias portuguesas na África, vão sofrer também na área da imprensa um retrocesso com a implantação do Estado Novo em Portugal, a partir de 1933, com a ascensão ao poder de Antonio de Oliveira Salazar, e o subsequente controle dos meios de comunicação (imprensa e rádio) pelos poderes públicos. A Segunda Guerra Mundial, na Europa, acaba também tendo suas consequências sobre a produção jornalística em Guiné-Bissau, pois reduz vertiginosamente a já escassa atividade editorial. À continuidade da publicação do *Boletim Oficial da Guiné*, a exceção neste momento é o lançamento de *O Arauto* em 1942, jornal de divulgação das atividades missionárias religiosas, diante do crescimento do número de católicos guineenses, que perdurou até 1968. Na década seguinte, surge o *Bolamense*, em 1956, o jornal guineense de maior impacto cultural e literário, como defende Amado.

Era de resto um jornal que pugnava pela História da Guiné – entenda-se História colonial –, ao mesmo tempo que procurava legitimar a colonização portuguesa ante o movimento libertário que, embrionariamente ia dando os primeiros passos (recorde-se que a

fundação do “Bolamense” e do PAIGC foi quase simultânea, em 1956). (AMADO, 1990:15)

Deste período de intensa atividade pró-independência, de luta entre os guerrilheiros do PAIGC e as tropas coloniais portuguesas, que vai de 1963 a 1974, muito pouco se sabe a respeito da imprensa. É um intervalo que fica sem respostas quando se procura saber quais jornais e por quem foram criados, e quais suas linhas editoriais. O fato mais significativo nesta área foi a criação, em 1975, do jornal *Nô Pintcha* (Avante, em crioulo), que estampava a informação de que pertencia ao Ministério da Informação e Turismo. É publicado até hoje e, apesar de ostentar apenas a designação “Bisemanário de Informação Geral”, ainda pertence ao Estado, agora vinculado ao Ministério da Comunicação Social e dos Assuntos Parlamentares.

Apesar de oficial, o *Nô Pintcha* difere da classificação de “imprensa oficial” proposta por Júlio Castro Lopo e adotada por Hohlfeldt, pois não se tratava de um boletim da metrópole para os colonizados. Configurava-se então, ainda que sob a tutela do governo, um veículo produzido por guineenses, com temática guineense e voltado aos guineenses. Entretanto, como se verá na análise realizada no capítulo quatro, o jornal nascia como órgão de um partido político único, o PAIGC, que acabara de tomar o poder em Guiné-Bissau. Terá, assim, os aspectos de veículo de opinião, doutrinário, características que Hohlfeldt não destaca em sua periodização para a imprensa nos países africanos de língua portuguesa. O próprio título em crioulo do jornal, ainda que redigido em português, marca uma posição, política, diante dos colonizadores (o crioulo é falado por cerca de 60% da população do país). Cunha destaca que, com a independência nos anos 1970, “os países africanos passaram de uma tutela colonial e ditatorial para um conceito de informação marxista assente no princípio do controlo pelo partido único”¹⁰. Este é exatamente o caso de Guiné-Bissau.

A mudança radical no panorama da imprensa guineense, na verdade, vai se dar apenas a partir dos anos 1990, quando chega ao fim a Guerra Fria e há a conseqüente abertura dos regimes de partido único ao Ocidente. É em 1991 que o PAIGC admite a formação de outros partidos, abrindo caminho para uma democracia pluri-partidária,

¹⁰ CUNHA, Isabel Ferin. “Das imagens dos media aos media: fragmentos do espaço lusófono”. Lisboa: Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, v. 3, n. 1, 2007. p. 26. Cf. <http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/anuariolusofono/article/view/1179/972>

além de uma imprensa livre e a existência de sindicatos independentes, com permissão para fazer greves. Isabel Cunha defende que, com este cenário, os meios de comunicação públicos passam por uma reestruturação, ao mesmo tempo em que começam a surgir os projetos de meios de comunicação privados¹¹. É neste momento também que se pode pensar na terceira e na quarta fases da imprensa adotada por Hohlfeldt. Ou seja, os períodos podem ser reunidos num só, já que é após a independência que a imprensa vai tomar características profissionais.

Com o início da democratização, que, na área da comunicação social, se deu através da aprovação da Lei de Imprensa em 1991, verificou-se o aparecimento sucessivo de vários títulos na década de 1990: o *Expresso de Bissau*, o *Correio de Bissau*, o *Diário de Bissau*, a *Gazeta de Notícias*, o *Banobero*, o *Fraskera* e o *Wandan*. Embora de vida efêmera, os veículos na sua maioria ostentavam nomes em crioulo, apesar de redigidos em português.

Em julho de 1992, dois anos antes das primeiras eleições pluripartidárias surgiu o *Expresso de Bissau*, o jornal pioneiro da imprensa privada guineense nesta nova etapa do jornalismo no país. Em abril de 1996 teve início também a publicação, com o nº 0, do quinzenário *Wandam - O Independente*, tendo como presidente e diretor-geral a jornalista Milocas Pereira. Saíram mais dois números nesse ano, mas o nº 3 apenas apareceu na segunda quinzena de fevereiro de 1997 com 14 páginas, impresso a verde e preto e com uma alegada tiragem de 2.000 exemplares. Com as mesmas características e continuando a designar-se quinzenário, foi publicado no fim de abril o nº 4, mas com data da primeira quinzena de março e notícias relativas já ao mês de abril de 1997. Não voltou a ser publicado até ao fim de maio de 1998.

No que se refere propriamente a jornal diário, surgia em 21 de outubro de 1996 o primeiro diário que alguma vez se publicara em Guiné-Bissau, o *Diário de Bissau*. A publicação tinha 12 páginas, não saía aos domingos, e era dirigido por João de Barros, que já fora responsável por dois semanários na Guiné-Bissau: o *Expresso de Bissau*, que foi publicado, irregularmente, entre junho de 1992 e dezembro de 1993, e que, na formulação técnica e na paginação, renovou a imprensa escrita guineense e a própria

¹¹ CUNHA, Isabel Ferin. “Das imagens dos media aos media: fragmentos do espaço lusófono”. Lisboa: Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, v. 3, n. 1, 2007. p. 26. Cf. <http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/anuariolusofono/article/view/1179/972>

mentalidade dos jornalistas. O *Diário de Bissau*, que se manteve com alguma regularidade até finais de dezembro de 1996, sendo então suspenso por falta de recursos financeiros, retomaria a publicação em 12 de março de 1997, tendo saído mais alguns números até ao dia 27 de março.

Antes de 1998 surgiram ainda alguns jornais que rapidamente tiveram fim devido a vários problemas. O *Banobero* (que significa, em crioulo, “Portador de Novas”) era um semanário com 12 páginas, no formato 43 x 29 cm, tendo como diretor Fernando Jorge Pereira. Foram publicados 20 números no total, tendo sido interrompida sua publicação em 29 de setembro de 1995. Todavia, com o apoio das Comunidades Europeias (que financiavam 60% das despesas, de acordo com a tiragem), o *Banobero* reiniciou a publicação em 7 de dezembro de 1996, com o nº 23, 12 páginas e o mesmo diretor. Em 19 de fevereiro de 1997, foi publicado o nº 27. Seguiu com irregularidade até o nº 46. Em 10 de fevereiro saiu com novo formato, menor (34 x 25 cm), com 12 páginas, mas com uma inovação: um suplemento em língua francesa, denominado “Intégration” (pago pela cooperação francesa). Em 22 de maio de 1998, o *Banobero* publicava o seu número 53.

No mesmo ano da republicação do *Banobero*, surgia um novo semanário, *Fraskera* (“Informações”, em crioulo), dirigido pelo jornalista Pedro Albino (que fora diretor da Agência Noticiosa da Guiné e trabalhara no *Nô Pintcha*). As comunidades europeias financiaram também este jornal, cobrindo igualmente 60% das despesas. Teoricamente semanário, com 12 páginas e no formato 43 x 29 cm, o *Fraskera* também era publicado irregularmente e em 24 de fevereiro de 1997 era publicado o seu número 7. No dia 4 de novembro de 1997, surgia o nº 0 de um novo jornal: a *Gazeta de Notícias*, que se apresentava como “Semanário independente de informação geral”, com formato tablóide, e dirigido por Humberto Monteiro. O número 1 saiu com data de 3 de dezembro, mantendo as características, e o nº 5 só saiu com data de 21 de abril de 1998.

Assim, no final de maio de 1998, existiam em matéria de publicações locais um diário (que apesar de se denominar diário, não era publicado diariamente) e vários jornais com intenções de semanários, mas sem qualquer regularidade. A tiragem destes jornais oscilava normalmente entre 500 e 1.000 exemplares e destinava-se quase exclusivamente a Bissau, pois não havia condições para a sua distribuição regular no interior, até por que aqueles que poderiam interessar-se por ler jornais deslocavam-se

freqüentemente a Bissau. Um dos maiores problemas enfrentados pelos jornais nesta época era a existência de apenas um parque gráfico, o da Imprensa Nacional, o que não só dificultava a manutenção da periodicidade das publicações, como permitia também ao governo certo “controle” sobre os jornais que tivessem a audácia de criticar as posições oficiais, ainda que não exercesse propriamente a censura.

Depois da independência, uma das fases mais difíceis da história do jornalismo guineense foi o período entre o início da guerra civil (junho de 1998 a maio de 1999) e os sucessivos governos de transição. Durante os nove meses do conflito, a atividade jornalística praticamente cessou. Por razões familiares ou de sobrevivência, alguns jornalistas exilaram-se. Outros procuraram refúgio nas regiões mais distantes da capital, onde se mantiveram silenciosos. Os que permaneceram nos seus postos deixaram de oferecer informação, para se converterem em agentes da propaganda belicosa das partes em confronto. Durante 11 meses o país viveu uma situação de guerra que paralisou praticamente a economia bem como o funcionamento da infra-estrutura social básica. Em decorrência deste fato, inúmeras famílias ficaram desintegradas, forçando-as ao refúgio no interior do país e em países vizinhos.

O poder instituído após o fim da guerra civil ficou praticamente até hoje sob a tutela militar. Os detentores do poder interferiam quase abertamente em todas as esferas das atividades jornalísticas no país. As autoridades censoras colocaram pessoas de sua confiança em postos de chefias dos meios de comunicação públicos, e reagiram com ferocidade a todas as informações que lhes eram adversas. Estudos de vários casos no mundo revelaram que a liberalização política no seio de um regime autoritário começa com a diminuição da repressão e a criação de liberdades civis, mas que estas mudanças não conduzem necessariamente à democratização, podendo esta ser abortada e a repressão voltar. Essa parece ser a questão sobre se o período de transição marca uma “separação das águas” no processo político africano (CARDOSO,2006).

Embora se reconheça hoje a necessidade da atualização e modernização da Lei de Imprensa, na época da sua implementação ela permitiu uma mudança qualitativa na comunicação social guineense, redobrando naturalmente as necessidades dos órgãos em equipamentos, bem como uma maior capacitação dos recursos humanos. As orientações do Governo para a área de comunicação social centram-se basicamente no apoio à reconciliação nacional, promoção de uma cultura de paz, consolidação da democracia e

desenvolvimento durável. Para tal, o governo preconiza dinamizar o Conselho Nacional de Comunicação Social; investir nos recursos humanos, materiais e logísticos; incentivar o desenvolvimento do setor privado da comunicação social; fomentar a consolidação e extensão da rede dos órgãos de comunicação ao nível das comunidades, entre outros.

Atualmente, a imprensa na Guiné-Bissau é assegurada por órgãos públicos e privados. Dos sete jornais existentes, seis são privados; das dezessete rádios em funcionamento, uma é pública e de difusão nacional, onze são comunitárias, com cobertura limitada a determinadas áreas geográficas, e cinco são privadas. Existem dois canais de televisão, um público nacional e outro estrangeiro, e um número restrito de pessoas, essencialmente na capital, tem acesso à informação via satélite.

2.1 Rádio e televisão

Depois do ano 1985, o panorama da imprensa radiofônica na Guiné-Bissau teve consideráveis mudanças. Da estação única, a Rádio Nacional da Guiné (RDN), sob a tutela do Ministério da Informação, passou-se para um leque de várias emissoras. A RDN emitia das 6 às 8 horas e das 12 às 24 horas, com dois noticiários de meia-hora cada, em português, às 13 e às 20 horas, e depois, até à meia-noite, de hora em hora, curtos noticiários também em português. Predominava o crioulo, mas havia noticiários e informações nas principais línguas étnicas. Além da RDN, existiam também a emissora do Canal France Internationale desde fevereiro de 1995, com 24 horas por dia de transmissão em FM, das quais apenas duas em português, e a Radiodifusão Portuguesa Internacional, desde agosto de 1995, também com 24 horas de emissão diárias.

Emissoras privadas existiam duas: a Rádio Galáxia de Pindjiguiti (ou simplesmente Rádio Pindjiguiti (o nome do porto de Bissau), com 14 horas de emissão (das 7 às 21 horas) – que dava grande espaço à música, interrompida para a transmissão de pequenos blocos noticiosos – foi encerrada no dia 10 de outubro de 1997 devido às ameaças do primeiro-ministro na época, Saturnino da Costa, ao jornalista Ladislau Robalo, principal comunicador da emissora. A emissora foi reaberta no dia seguinte por intervenção do presidente da república guineense. E a Rádio Bombolón FM, dirigida então pelo jornalista e deputado Agnelo Regalla, que, depois de um período

experimental de dois meses, iniciou as emissões regulares no dia 4 de dezembro de 1995 com um período inicial das 8 às 20 horas, depois prolongado até às 24 horas. Além de vários noticiários e de alguma música, dedicava grandes espaços aos debates e transmitia ao vivo os debates parlamentares. Em 1998 começou a utilizar os noticiários em português da BBC e tinha um acordo com a Rádio Renascença de Portugal para a transmissão de alguns programas, designadamente desportivos, que gozavam de enorme audiência. Problemas técnicos causaram a suspensão das emissões durante largos períodos em fins de 1996 e princípios de 1997. Em 1998, quando eclodiu a guerra civil, as tropas rebeldes ocuparam as instalações – situadas na zona que dominavam, em Brá – e transformaram-na na sua estação emissora.

Em paralelo, surgia em janeiro de 1996, com o fim da Televisão Experimental da Guiné-Bissau, a Radiotelevisão da Guiné-Bissau, uma fusão entre a Rádio e Televisão da Guiné-Bissau (RTGB), cuja direção-geral foi entregue ao anterior diretor da TVE-GB. A RTGB é estatal e não consegue transmitir para todo o território nacional.

A Guiné-Bissau conta também com a Rádio Televisão Portuguesa Internacional (RTPI-África), que emite de Portugal. A RTPI começou a funcionar como segundo canal, em Bissau, 24 horas por dia, no dia 15 de agosto de 1995, tendo sido substituída pela RTP África, também como segundo canal, em janeiro de 1998.

2.2 Revistas

As revistas produzidas na Guiné-Bissau possuíam um carácter cultural. A primeira revista surgiu em 1987, denominada *Soronda* (“Germinação”, em crioulo), editada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas de Bissau, impressa em Portugal e cuja primeira fase terminou com o número 20, datado de julho de 1995, mantendo as mesmas características desde a sua criação (ver **ANEXO 1**). Em novembro de 1997, era publicada a nova edição da revista, com características semelhantes, mas com a ficha técnica elaborada não só em português, mas também em francês, além de incluir um artigo igualmente em língua francesa. Em abril de 1994, era criada – com apoio da cooperação sueca (ASDI – Autoridade Sueca para o Desenvolvimento Internacional) uma revista de carácter literário: a *Tcholona* (palavra que em crioulo traduz a idéia de

transmitir uma mensagem). O hebdomadário era editado por uma associação denominada Grupo de Expressão Cultural (GREC), com um corpo editorial constituído por intelectuais e artistas, com o principal objetivo de promover atividades culturais. Com periodicidade irregular, em janeiro de 1997 saiu um número duplo (6-7), que foi o último.

Em dezembro de 1996, o Ministério da Juventude, Cultura e Desportos, através do seu representante na época, Ibrahim Sow, publicara uma nova revista, denominada *Tchin-Tchôr*, com 12 páginas, sem notícias, mas com vários artigos e ilustrações. O nº 1, que foi definido como “um espaço de reflexão, um espaço salutar de troca de idéias”, foi o único publicado.

2.3 Agências de Notícias

No país existem apenas duas agências de notícias. A primeira, a ANG (Agência Noticiosa da Guiné), foi fundada em 1990. Entre 1993 e 1996, a ANG publicava um boletim, em formato A4, com notícias de várias agências, LUSA – representação estrangeira com sede em Bissau –, ANGOP (Angola), AIM (Moçambique) e PANA (inter-africana), embora praticamente só aproveite as da LUSA. A agência funcionava com uma redação constituída por 10 jornalistas e cerca de 20 assinantes. A edição nº 87, que viria a ser a última, trazia uma nota em que a agência afirmava que o boletim não tinha qualquer viabilidade devido a problemas de ordem técnica e material.

Em geral, a ANG, a Lusa e mais duas Agências Internacionais (AFP e Reuters), que funcionam com correspondentes locais, compõem o quadro das agências noticiosas no país.

3. Legislação de imprensa: entre o avanço da Lei e a censura no dia-a-dia

A legislação da imprensa em Guiné-Bissau é uma conquista relativamente recente. Em 1986, um grupo de jornalistas se reuniu e fundou a Associação de Jornalistas da Guiné-Bissau (AJGB). A partir daí, o grupo criou o Código de Ética Jornalística e o Estatuto do Jornalista, este aprovado cinco anos depois. Em outubro de 1991 também era aprovada a Lei de Imprensa (Lei Nº 4/91) e a criação do Conselho Nacional de Comunicação Social. Complementam a legislação nesta área a Lei do Conselho Nacional de Comunicação Social (Lei nº 6, de 3 de outubro de 1991) e a Lei da Atividade Jornalística (Lei nº 5, também da mesma data), além da adoção de leis e códigos de ética, como da Comissão dos Direitos Humanos.

Com o fim do sistema unipartidário de um governo antidemocrático e centralizador, Guiné-Bissau dá início ao seu processo democrático. As comunidades internacionais, depois da queda do Muro de Berlim, começaram a incentivar a abertura política e a efetiva instauração da democracia no país. Entretanto, esta se mostra, ano após ano, cada vez mais tortuosa e difícil, com golpes militares¹² e denúncias de corrupção.

Com a introdução do sistema pluripartidário na política, uma das conseqüências benéficas, que deve figurar na Constituição de um Estado que se quer democrático, foi a liberdade de expressão. O preâmbulo da Lei, de 3 de outubro, que regulamenta a profissão jornalística e trata sobre a Liberdade de Imprensa, diz:

A Guiné-Bissau, ao preparar-se para a introdução na sua vida política do sistema pluripartidário, encontra-se no limiar de uma nova fase da sua história.

Este processo de mudança conduzir-nos-á a uma sociedade em que a pluralidade de idéias, opiniões e interesses se irão manifestar, sendo os órgãos de Comunicação Social, os meios privilegiados para a sua veiculação.

Neste contexto, torna-se indispensável criar as normas que rejam, de forma clara, a ação de cada um dos sectores de atividade. Daí, a necessidade de se dotar o País de um conjunto de normas

¹² Nos primeiros minutos do dia 23 de novembro de 2008, domingo, soldados amotinados invadiram a residência do presidente de Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, provocando um conflito armado de três horas com a segurança dele. O país passou por três golpes de estado desde 1980, e o atual presidente chegou ao poder através de um deles. Cf. *O Globo*, 24/11/2008, p. 24.

susceptíveis de regulamentar a atividade de imprensa num quadro pluripartidário. Isto é tanto mais primordial, quanto é certo que a Imprensa constitui, sem dúvida, um dos sectores fundamentais nesse novo contexto, pois que ao realizar as suas múltiplas funções de informação, de integração social, de educação e promoção cultural, de diálogo e de debate, pode e deve desempenhar o papel de promotor do desenvolvimento e da democracia no nosso país. A presente Lei, a primeira da Guiné-Bissau, livre e independente, completada por outras Leis avulsas abrangendo matérias ligadas ao acesso dos Partidos Políticos aos Órgãos de Informação, a Publicidade, o Cinema e a Lei da criação do Conselho Nacional de Comunicação Social, constitui um quadro jurídico-constitucional que permitem ao cidadão o pleno exercício de liberdade de expressão, de pensamento e ao profissional de informação, a garantia de sigilo profissional e a salvaguarda da sua independência.

Depois de 17 anos do início do processo democrático em Guiné-Bissau, os resquícios do regime de partido único, todavia, ainda pairam sobre todas as áreas da atividade jornalística, dificultando o acesso a direitos como o respeito pela legalidade, a tolerância política e a diversidade de opinião. A inclusão na Constituição do dispositivo legal sobre a liberdade de expressão e de imprensa em 1991 foi motivado pela declaração da UNESCO, num seminário das Nações Unidas, em Windhoek (Namíbia), realizado em 3 de maio de 1991, sobre a necessidade de se promover uma imprensa africana independente e pluralista, como fator fundamental para o desenvolvimento e manutenção da democracia nos países africanos, bem como para o desenvolvimento econômico.

Em seu artigo sobre liberdade de imprensa, Hellen Hume (2005:3)¹³ destaca a importância de uma mídia independente para a manutenção de uma real sociedade democrática, onde a imprensa tem o papel crucial de propiciar o livre fluxo de informações. Citando exemplos de muitos países, a autora apresenta quatro funções básicas da imprensa livre:

1. Fazer com que os líderes do governo prestem contas à população;
2. Divulgar assuntos que pedem atenção;
3. Informar os cidadãos para que possam tomar decisões embasadas;
4. Criar conexões entre as pessoas na sociedade civil.

A importância de uma mídia jornalística livre, sem o controle dos governos, recebe destaque da autora através da seguinte explicação: “é impossível maximizar a

¹³ Ellen Hume é diretora do Centro de Mídia e Sociedade da Universidade de Massachusetts, em Boston.

estabilidade política, o crescimento econômico e a democracia sem o livre fluxo de informações” (HUME, 2005:3). Uma mídia independente e livre para expressar a opinião da população é extremamente importante no processo de democratização de qualquer nação, para que possa desfrutar das vantagens políticas e econômicas oferecidas pelo Estado de Direito. Segundo ela, as instituições que detêm poder devem estar abertas à investigação da população (*idem*). Thomas Jefferson, principal redator da Declaração de Independência dos Estados Unidos, insistiu para que fossem incluídos na Constituição do país os direitos da sociedade civil de reunião, liberdade de expressão e liberdade de imprensa. “Se me fosse dado decidir se deveríamos ter um governo sem jornais ou jornais sem um governo, não hesitaria um momento sequer em preferir o último”, escreveu em 1787 (JEFFERSON *apud* HUME, 2005:3).

Quando podem funcionar livremente, os jornais e as emissoras de rádio e televisão locais são componentes estruturais importantes da democracia. Além de vigiar as instituições locais e alertar o público sobre questões de segurança, podem ajudar os cidadãos a entender melhor seu governo distante e ter acesso a ele. O Banco Mundial considera a abertura da mídia um fator positivo no desenvolvimento econômico e político. No seu *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2002*, o banco estudou 97 países e descobriu que os que tinham meios de comunicação privados e independentes apresentavam níveis de educação e saúde mais altos, menor índice de corrupção e economias mais transparentes (HUME, 2005:5)¹⁴.

3.1. Imprensa amordaçada

A liberdade de imprensa pode ser considerada essencial não só para os jornalistas, mas para qualquer estado democrático. Não existe democracia sem que haja liberdade de manifestação de pensamento e opinião. Entretanto, o controle dos meios de comunicação pelo Estado se torna uma das principais formas de censura (MATTOS, 1996:9). Analisando, inicialmente os instrumentos de controle dos meios de comunicação, Sérgio Mattos traz à tona as tentativas do Estado no sentido de controlar os veículos de comunicação utilizando-se de vários expedientes, desde o uso da

¹⁴ <http://www.pnud.org.br/hdr/hdr2002/2-Capitulo%202.pdf>

legislação específica, das ações judiciais, das ameaças oficiais, das pressões políticas e econômicas, até a censura policial. É o que em grande parte acontece em Guiné-Bissau.

Visto apenas a partir da Lei de Imprensa do país, o exercício da imprensa em Guiné-Bissau dá a entender ao leitor uma situação ideal, de total liberdade, principalmente ao se deparar com o capítulo 2, que dispõe sobre os direitos e deveres relacionados com a liberdade de imprensa. No artigo 3º, o parágrafo 1º estabelece: “Todo o cidadão tem o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento através da imprensa, não podendo o exercício desse direito ser subordinado a qualquer forma de censura, autorização, caução ou habilitação prévia”.

Mas a existência de uma norma não basta para que seja realmente efetiva a sua aplicação. Diversos episódios de ação do Estado contra veículos de comunicação e jornalistas revelam a face obscura da censura. Entre os anos de 2002 e 2003, foram registrados constantes abusos contra a liberdade de imprensa. A Rádio Bombolom FM, uma das mais importantes rádios privadas do país, chegou a receber ordem para encerrar suas atividades, devido ao conteúdo de suas informações. No mesmo ano e pelos mesmos “motivos”, o delegado da RTP África (canal português de difusão de informação na África) chegou a ser expulso do país e as emissões desse canal foram suspensas por algum tempo.¹⁵

Abusos de poder, violações de direitos, decisões precipitadas são constantemente descritos pelos jornalistas guineenses. Em depoimento num seminário sobre o Panorama da Imprensa na Lusofonia, realizado em Portugal, em 2003, os jornalistas ressaltaram o fato de que, em um país como Guiné-Bissau, onde o monopólio do PAIGC só terminou em finais de 1980, a liberdade de imprensa ainda não se encontra totalmente madura. Ássimo Baldé, jornalista guineense, definiu como “negro” o período que a imprensa viveu depois de 1999, logo após as eleições que colocaram a oposição no poder¹⁶. A liberdade de expressão foi também extremamente prejudicada neste período.

Durante o ano de 2003, por exemplo, muitos líderes políticos e jornalistas foram presos sem justificações, por terem exercido o seu direito à liberdade de expressão. A 8 de fevereiro de 2003, por exemplo, Domingos Fernandes, membro fundador do partido

¹⁵ Fonte: Observatório da Liberdade de Imprensa e Ética Jornalística da Guiné-Bissau.

da RGB, foi detido durante 48 horas. Fernandes havia criticado uma decisão do Supremo Tribunal que apoiava a liderança de Salvador Tchongo na RGB. Também a 8 de fevereiro, Francisca Vaz Turpin, deputada na Assembleia Nacional pela RGB, foi presa por 24 horas, acusada de ter criticado o presidente do país. A 21 de março, do mesmo ano, a polícia prendeu e espancou Indjai Dabo, representante do Partido da União Social Democrática (PUSD) em São Domingos, por ter mostrado uma fita de vídeo relativa à chegada do líder do PUSD, Francisco Fadul, que estava no país para participar das eleições legislativas. A cobertura jornalística da chegada do líder rendeu a demissão de um jornalista da Rádio Nacional, pedida pelo secretário de Estado encarregado das Comunicações.

As forças de segurança perseguiram e prenderam membros de Organizações Não Governamentais (ONGs) que criticavam o governo através da mídia. A 29 de janeiro 2003, a Anistia Internacional relatou que as forças de segurança haviam prendido e detido sem provas João Vaz Mané, vice-presidente da Liga Guineense para os Direitos Humanos (LGDH). Mané, preso e incomunicável, havia criticado o antigo presidente guineense KoumbaYalá, através duma emissão radiofônica, de ter financiado peregrinações a Meca a cidadãos muçulmanos. Mané afirmava que este financiamento era ilegal para um Estado laico e que seria melhor que o governo pagasse os salários atrasados da administração pública. No início de fevereiro, Mané foi liberado.

A 14 de fevereiro 2003, o mesmo secretário de Estado encarregado das Comunicações suspendeu a emissão da rádio privada Bombolom alegando “falta de profissionalismo no tratamento da informação”. A emissora tornou a funcionar por ordem judicial depois que foi admitido que a decisão do governo constituía uma “usurpação de poder”. Posteriormente, as autoridades governamentais perseguiram Caetano N’Tchama, presidente do Tribunal Administrativo, e até confiscaram o seu passaporte. A 8 de setembro 2003, quatro jornalistas da rádio comunitária Sintcham Occo foram presos e detidos sem justificação por ter noticiado a reunião da “Plataforma Unidade”, coligação de partidos da oposição. Todos foram libertados depois de protestos dos militantes dos Direitos Humanos.¹⁷

¹⁷ Relatório sobre os Direitos Humanos – 2003-Publicado pelo Bureau de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho.

Situações como esta, rotineiras no cenário da imprensa guineense ainda hoje, fazem o país recorrentemente aparecer nos relatórios de entidades internacionais de defesa da liberdade de expressão e de imprensa. No mais recente, a Anistia Internacional sobre a Liberdade de Expressão mostra o quadro preocupante em que se encontram os jornalistas de Guiné-Bissau.

Jornalistas e defensores de direitos humanos enfrentaram prisões e ameaças de violência por terem denunciado o envolvimento de autoridades militares com narcotráfico. Alguns tiveram que se esconder ou buscar refúgio na sede do UNOGBIS; outros deixaram o país.

Em julho, quatro jornalistas receberam ameaças. Alberto Dabo, correspondente da Rádio Bombolom e da agência Reuters, teve que passar uma semana escondido depois de receber ameaças anônimas por telefone. Ele havia publicado informações que implicavam funcionários públicos e soldados com o comércio de drogas. Em setembro, ele foi acusado de difamar o Chefe do Estado Maior da Armada, de violar segredos de Estado e de abusar da liberdade de imprensa. Até o final de 2007, seu julgamento não havia começado.

O defensor de direitos humanos Mário Sá Gomes teve que passar um período escondido, no mês de julho, e depois buscar refúgio no UNOGBIS, devido a um mandado de prisão que foi expedido contra ele. Ele havia pedido publicamente a demissão do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas para que o problema das drogas fosse solucionado. Depois de três semanas, Mário Sá Gomes deixou a sede do UNOGBIS, quando o ministro do Interior ofereceu garantias para sua segurança e providenciou o acompanhamento de guarda-costas. Em outubro, ele foi interrogado pelo procurador-geral, mas não foi indiciado.¹⁸

Atos como os denunciados acima vêm se tornando rotineiros no país. Entidades internacionais e nacionais, como a Liga Guineense dos Direitos Humanos, demonstram sua preocupação principalmente com a forma de agir dos Serviços de Informação do Estado. Em um dos casos, funcionários do Serviço de Informação do Estado do Ministério da Administração Interna interrogaram, por cerca de cinco horas, o diretor do jornal *Última Hora* para que ele revelasse a fonte de uma notícia que envolvia o chefe de Estado-Maior das Forças Armadas. Segue na íntegra a notícia publicada sobre o acontecimento.

¹⁸ Fonte: <http://thereport.amnesty.org/prt/Regions/Africa/Guinea-Bissau> - Anistia Internacional.

Jornalista da Guiné-Bissau é pressionado para entregar suas fontes

O Ministério da Administração Interna da Guiné-Bissau apresentou nesta quarta-feira (12), no Ministério Público, queixa contra o jornalista Athizar Mendes, que noticiou que as esquadras do país tinham sido desarmadas pelo chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, general Tagmé N'Waié.

Na edição da última segunda-feira (10), o semanário Última Hora noticiou que o chefe de Estado-Maior general das Forças Armadas da Guiné-Bissau, general Tagmé N'Waié, mandou recolher todo o armamento das esquadras da polícia do país.

Segundo o jornal, na sua mais recente visita (na última quinta-feira) ao Ministério da Administração Interna, o general "efetuiu uma incursão relâmpago ao departamento de armamento da instituição e mandou recolher todo o armamento das esquadras de polícia".

Em declarações à Agência Lusa na última terça-feira (11) à noite, o assessor de imprensa do ministro da Administração Interna, Bacar Tchernó Dolé, desmentiu a notícia, sublinhando que o armamento retirado era material de guerra obsoleto. Dolé afirmou que "a falha do jornalista foi não ter confrontado o Ministério da Administração Interna com as informações que tinha".

Após a publicação da notícia, Mendes, diretor do Última Hora, foi ouvido pelos Serviços de Informação do Estado durante cerca de cinco horas: "fui ouvido para dizer quais eram as minhas fontes".

"Não as revelei. Eles decidiram que vão averiguar junto das autoridades competentes", completou o jornalista, sublinhando que não foi "molestado, apenas pressionado".¹⁹

Neste caso houve uma violação da liberdade de imprensa e da Constituição, visto que a polícia de segurança da Guiné, atualmente um estado democrático, não tem poderes para ouvir cidadãos, como acontecia no passado, quando existia apenas um partido. Por outro lado, a ação do Serviço de Informação atenta inclusive contra o item "c" do Artigo 8º da Lei de Imprensa, onde estão definidos os Direitos do Jornalista: a garantia do sigilo profissional.

Apesar da liberdade de expressão ser um direito constitucional, a imprensa guineense vem se defrontando cada vez mais com diversas situações de tentativa de cerceamento que acabam se transformando em atos de censura. O Estado utiliza todas as formas possíveis de argumentos para justificar quaisquer atos que ferem gravemente a Lei de Imprensa. Uma delas é a desculpa de preservar a "paz", como ocorreu em 2003, quando uma das mais importantes emissoras da rádio do país foi acusada de representar

¹⁹ Redação Portal IMPRENSA publicado em: 12/03/2008 15:07, Com informações da agência Lusa.

um perigo para a “paz social”,. Outro caso foi o encerramento da emissora da RTP-África. Algumas manchetes sobre os episódios na época²⁰:

Bombolom FM encerra definitivamente em Bissau

28-03-2003

Bissau - A Rádio Bombolom, sediada em Bissau, vai encerrar as portas definitivamente. A decisão governamental surge quinze dias depois do secretário de Estado da Informação, João Manuel Gomes, ter suspenso a autorização provisória de emissão.

O diretor da emissora já reagiu, considerando falsos argumentos do executivo que apontam para uma “reiterada atividade delituosa”, com eventual perigo para a “paz social”, e violação do respectivo estatuto editorial (...)

(...) A “Bombolom FM” é considerada das emissoras mais intervenientes na sociedade do país pelo que o seu encerramento, a cerca de dois meses das legislativas de 20 de Abril, é considerado por muitos uma diminuição da pluralidade de opiniões.

Guiné-Bissau pode avançar para encerramento definitivo da RTP-África

16-12-2002

Bissau - Se as negociações sobre o acordo de transmissão não surgirem “em tempo hábil”, a Guiné-Bissau vai encerrar “em definitivo” as emissões da RTP-África no país. A posição guineense foi dada a conhecer esta segunda-feira através do secretário de Estado da Informação João Manuel Gomes. Para o governante será o “bom-senso” a “definir, da parte do Governo português e do Conselho de Administração da RTP, esse tempo hábil”, tendo como base as “relações de amizade e cooperação”, que a Guiné-Bissau diz querer reforçar com Portugal.

As emissões da televisão pública portuguesa foram interrompidas na Guiné-Bissau na noite de 30 de Novembro, depois de ter ido para o ar uma reportagem sobre a morte, há dois anos, do brigadeiro Ansumane Mané, ex-chefe da Junta Militar. A peça incidia sobre um pedido da Amnistia Internacional, em Portugal, para que fosse feito um inquérito pelo Governo guineense às circunstâncias em que faleceu o brigadeiro, em Novembro de 2000.(...)

AACS classifica suspensão de programas da RTP-África na Guiné-Bissau como «ameaça»

07-12-2002

Lisboa - A Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) considera que a suspensão dos programas da RTP-África na Guiné-Bissau, decidida a 30 de Novembro passado, é uma “ameaça”,

²⁰ Imprensa. Net (Agência de Notícias) notícias em tempo real. Jornalismo em português para a Lusofonia.

porque põe em causa o direito à informação e a liberdade de expressão do pensamento através da televisão e porque envolve também o serviço público de televisão português. A AACS espera ainda que a RTP-África possa retomar as suas emissões e “uma prática de informação livre, rigorosa e responsável”.

Em comunicado, a Alta Autoridade sublinha que a suspensão destes programas na Guiné-Bissau é uma “ameaça” porque, no que está em causa, “a RTP-África é um canal, como qualquer outro deste operador, obrigado a tais valores, devendo-se os seus jornalistas à ética profissional, ao rigor e à isenção”. Por isso, e “com o devido respeito pelo que for assunto interno de um Estado soberano, só pode a AACS denunciar o que violentar o direito à informação, aliás, essencial à vivência democrática e ao progresso social”, refere ainda o documento.

Entretanto, por “desacato a membro do Governo”, o delegado da RTP-África na Guiné-Bissau, João Pereira da Silva, tem 48 horas para abandonar o país. A decisão do executivo guineense, conhecida esta sexta-feira, surge como condição para o reinício das emissões da televisão portuguesa no país, suspensas desde o último sábado.

A suspensão das emissões da RTP-África foi decidida a 30 de Novembro passado. No despacho é dito que a decisão foi tomada pelo fato da televisão portuguesa ter divulgado “imagens atentatórias” da imagem das instituições do país, e “em particular” do Presidente da República, Kumba Ialá. A decisão de parar a RTP/África pode ter sido motivada pela inclusão de uma notícia, no programa “Repórter”, sobre a morte, há dois anos, do brigadeiro Ansumane Mané, ex-chefe da Junta Militar. A reportagem divulgada incidia sobre um pedido da Amnistia Internacional, em Portugal, para que fosse feito um inquérito pelo Governo guineense às circunstâncias em que faleceu o brigadeiro, em Novembro de 2000.

A instabilidade social e política a que está submetido Guiné-Bissau acaba dificultando a consolidação de um estado de direito democrático, onde a liberdade de expressão e de opinião é indispensável. Sendo direito fundamental, a liberdade de expressão está, pois, indissolivelmente ligada à liberdade de informação e de imprensa. Sem acesso à informação e ao conhecimento, a possibilidade do cidadão poder optar, de uma forma livre e consciente, se torna muito limitada. Faz-se necessário observar também que o pluralismo começa por ser e é, acima de tudo, um ato cultural cujo respeito tem a ver com certa tradição, com os valores cultivados e dominantes na sociedade, com o grau de formação, assimilação e a qualidade profissional dos jornalistas, do seu nível cultural, da sua seriedade e da capacidade de respeitar e fazer respeitar as regras éticas da profissão. Sendo faca de dois gumes, o uso inadequado dos meios de comunicação social pode não só desencadear conflitos, mas também pôr em

causa a paz e a estabilidade pública da qual o país tanto precisa. Cultura essa que a Guiné-Bissau não possui devido ao seu histórico político e de formação social.

Outra entidade que já denunciou os ataques à liberdade de imprensa foi a ONG Repórteres sem Fronteiras, através de seu relatório internacional.

A organização Repórteres sem Fronteiras inquieta-se com a grave deterioração da situação da liberdade de imprensa na Guiné-Bissau, após a expulsão de um jornalista da Rádio Nacional pelo secretário de Estado da Informação, João Manuel Gomes.

“Após terem atacado os meios de comunicação de massa privados e fechado a principal rádio da oposição, as autoridades têm agora por alvo os meios de comunicação de massa públicos. A algumas semanas das eleições legislativas, esse fato põe gravemente em causa o pluralismo da informação na Guiné-Bissau”, afirmou Robert Ménard, secretário-geral de Repórteres sem Fronteiras. “O governo está a assumir o controle de todos os setores da informação e, atualmente, a oposição não tem quase nenhuma possibilidade de expressar-se”, acrescentou. A organização pede ao governo guineense que deixe os jornalistas dos meios de comunicação públicos e privados trabalharem com toda a liberdade e segurança. No dia 8 de março de 2003, Ensa Seidi, chefe de redação da Rádio Nacional, foi molestado e expulso das instalações da estação por ordem do secretário de Estado da Informação, João Manuel Gomes. Censura-se ao jornalista o fato de ter realizado e divulgado uma reportagem sobre a volta ao país de Francisco Fadul, antigo primeiro-ministro e, hoje, líder de um partido da oposição. Francisco Fadul anunciou a sua intenção de candidatar-se às eleições presidenciais que deverão realizar-se após o pleito legislativo de 20 de abril. Repórteres sem Fronteiras lembra que, no dia 27 de fevereiro de 2003, o governo anunciou o cancelamento definitivo da autorização para emitir antes concedida à Bombolom FM. A rádio é acusada de falta de “profissionalismo”, “pluralismo” e “objetividade” na sua cobertura da atualidade. A estação fora fechada até segunda ordem no dia 13 de fevereiro, depois de ter dado a palavra a um deputado da oposição que, na ocasião, fez severas críticas ao presidente da República.²¹

A organização americana de proteção à liberdade de imprensa Freedom House realizou um estudo no qual foi analisada a liberdade de imprensa no que se refere aos meios audiovisuais e escritos. O estudo dividiu os países em três categorias: os que têm uma imprensa livre, os que têm uma imprensa parcialmente livre e os que têm uma imprensa reprimida. De acordo com o relatório, Guiné-Bissau possui uma imprensa

²¹ Relatório Internacional sobre a Liberdade de Imprensa na Guiné-Bissau.

parcialmente livre, onde há práticas constantes de cerceamento da livre imprensa e da auto-censura²².

Um relatório recente do Observatório para a Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos faz a análise de diversos artigos da Lei de Imprensa, que, devido a sua ambigüidade, dá margens a diversas interpretações e, com isso, possibilita a censura. A Lei de Imprensa, para a entidade, contradiz a Constituição em alguns aspectos. Enquanto o artigo 51º da Constituição proíbe qualquer forma de restrição à liberdade de expressão, o Artigo 3.3 da Lei da Imprensa estabelece que a liberdade de expressão pode ser limitada, se necessário, para efeitos da salvaguarda da unidade nacional, da ordem, segurança e saúde pública. No artigo 4º da Lei de Imprensa, a imprensa é classificada como “atividade de interesse público do Estado” desde que:

A difusão de informações e conhecimentos que contribuam para o aprofundamento da democracia e progresso social;
A formação de uma opinião pública informada e esclarecida;
A difusão da cultura e o reforço da identidade e unidade nacionais;
A promoção do diálogo entre os poderes públicos e a população;
A mobilização da iniciativa e participação populares, nos diversos domínios de actividade;
A defesa da paz, da amizade entre os povos e da solidariedade nacional.

Ou seja, o Estado “assegura” a existência de uma imprensa, desde que ela cumpra os referidos pontos acima. Ainda de acordo com o relatório, os itens acima não constituem exatamente uma violação ou arbitrariedade, mas é evidente que o artigo 4º pode ser utilizado pelas autoridades para exercerem pressão sobre a imprensa através de alegações de não conformidade com os objetivos estabelecidos nessa disposição. Na prática, isto limita a liberdade de imprensa uma vez que os jornalistas são obrigados a recorrer à auto-censura para cumprimento do disposto no artigo 4º.

O relatório propõe mudanças em diversos artigos da Constituição e da própria Lei de Imprensa, para evitar a utilização dos mesmos como forma de cercear a livre imprensa. Como o artigo 41, que diz “qualquer pessoa que expresse qualquer informação que possa ser qualificada como difamação do Presidente pode ser detida

²² Relatório completo em www.freedomhouse.org

sem ter qualquer direito a defender-se”. O Observatório considera que este artigo deve ser revogado. “Recomenda às autoridades nacionais competentes que alterem a Lei da Imprensa de forma a respeitar o direito de todos os indivíduos a expressar e difundir as suas opiniões e que cumpram o Artigo 19º do PIDCP (Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos), o Artigo 9º do CADHP (Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP), a que está vinculada a Guiné-Bissau, bem como o Artigo 6º da Declaração das Nações Unidas sobre os Defensores dos Direitos Humanos”²³.

Além da ambigüidade verificada na Lei de Imprensa e na Constituição há outros fatores que condicionam a liberdade de imprensa. As más condições de trabalho dos jornalistas no país. Em entrevista ao *site* Notícias Lusófonas, o presidente do Sindicato dos Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social (Sinjotecs), denuncia as condições de trabalho dos jornalistas no país.

Em declarações à margem das comemorações do Dia Mundial de Liberdade de Imprensa, Mamadu Candé disse que os profissionais guineenses "atuam num quadro difícil" motivado pelas "más condições de trabalho". Mamadu Candé exemplificou com a ausência de um quadro jurídico compatível com a profissão do jornalismo, os baixos salários, a ausência de contratos de trabalho, factores que, defendeu, contribuem para a manipulação dos jornalistas. O lema escolhido este ano pelo Sinjotecs para comemorar a Dia da Liberdade de Imprensa é "Salvaguardar a Liberdade de Expressão e de Imprensa para o Reforço da Democracia". Tendo em conta as condições em que os profissionais operam na Guiné-Bissau, o presidente do Sinjotecs considera ser difícil caracterizar o grau de liberdade de imprensa no país, voltando a dar o exemplo o salário que é praticado na maioria dos órgãos de comunicação social. "Só esse fator concorre para que os jornalistas se tornem vulneráveis, limitando a sua liberdade no trabalho", defendeu Mamadu Candé.

²³ Trecho do relatório – Fonte: O OBSERVATÓRIO- órgão defensor dos direitos humanos - Guiné-Bissau – relatório sobre Liberdade e Direitos Humanos - Um Ambiente Prejudicial para o Trabalho dos Defensores dos Direitos Humanos, de outubro de 2008.

Confrontado com estas alegações do presidente do Sinjotecs, o secretário de Estado da comunicação social guineense, João de Barros, afirmou que compreende a preocupação de Mamadú Candé, na medida em que, o próprio governo está de acordo com a análise.

"Sabemos que os profissionais de todos os sectores da comunicação social trabalham em condições deploráveis. O governo tem consciência disso", disse João de Barros, anunciando propostas do executivo para alterar a situação.

O secretário de Estado da comunicação social guineense disse que, brevemente, o governo conta receber apoios de Angola, Portugal, Brasil e Espanha, com os quais irá sanear as "debilidades económicas e técnicas" dos órgãos de comunicação social.

De Angola, o governo de Bissau conta receber um apoio financeiro avaliado em cerca de um milhão de dólares (736 mil euros) enquanto que de Portugal, Brasil e Espanha espera ter apoios no domínio de formação dos profissionais, indicou João de Barros.

O dinheiro vindo de Angola servirá para o equipamento de todos os órgãos de comunicação social do país, públicos e privados, precisou o governante. Por outro lado, o secretário de Estado da comunicação social enalteceu a apreciação feita pela ONG Freedom House em relação à situação da liberdade de imprensa na Guiné-Bissau. Segundo João de Barros, o governo guineense registrou com "satisfação e entusiasmo" o último relatório anual sobre a situação da liberdade de imprensa no mundo em que a Guiné-Bissau é caracterizada como país com liberdade parcial.

"É uma evolução positiva da situação da Guiné-Bissau. É a primeira vez que isso acontece", frisou João de Barros, acrescentando que é um passo importante rumo à consolidação do Estado de direito democrático. Segundo Bacar Baldé, secretário-geral do Sindicato dos Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social (Sinjotecs) existem na Guiné-Bissau cerca de 350 operadores de imprensa registados, embora um número considerável de profissionais não estejam vinculados ao sindicato.²⁴

Recentemente alguns jornalistas sofreram sanções por denunciarem a omissão das autoridades sobre a questão das drogas, uma das problemáticas do país e um entrave à estabilidade política e militar. Guiné-Bissau, nos últimos anos, tem se tornado uma plataforma da droga proveniente da América do Sul e com destino à Europa. A fuga de um dirigente para a Gâmbia, por exemplo, é mais uma polémica em torno da questão da droga no país. O dirigente estava sendo acusado de ser um dos principais "facilitadores" da passagem de cocaína por Guiné-Bissau, contrariando a versão oficial de que planejava um golpe de Estado contra Nino Vieira.

²⁴ <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=17434&catogory=Brasil>

Os constantes “choques” das autoridades guineenses com a imprensa passam a não ser mais “privilégio” dos veículos privados. Surgem também confrontos com a imprensa pública, ou seja, de propriedade do próprio Estado. Foram diversos os episódios de tentativa de manipulação e de instrumentalização, contrariando a principal característica da imprensa, que é a imparcialidade. Ações como as do ano de 2006, em que directores-gerais da Radiodifusão Nacional (RDN) e da Televisão da Guiné-Bissau (TGB) foram nomeados assessores diretos do primeiro-ministro, mostram as formas de ingerência governamental. Este singular estatuto não é compatível com os critérios de imparcialidade e de autonomia editorial que devem prevalecer nos veículos de informação, sejam públicos ou privados. Assim, não é de estranhar que no mesmo ano, em diversas ocasiões, as opções editoriais da redação da TGB tenham sido contrariadas por nebulosas “ordens superiores”. As evidências dos episódios apresentados ao longo deste capítulo nos levam a perceber que não apenas os aspectos econômicos, mas também as práticas políticas do Estado têm um papel dominante sobre o desenvolvimento dos meios de comunicação, principalmente quanto aos conteúdos de suas publicações. Tais fatores, aliados à prática contínua da censura, têm um reflexo devastador sobre o desenvolvimento da atividade jornalística no país.

A censura pode se dar ainda através dos meios que o Estado usa para sutilmente controlar os meios de comunicação. A legislação atual, apesar de ser considerada um avanço, permite brechas para a atividade censória, como detectado no artigo 6º da Lei de Imprensa, que dispõe sobre o funcionamento de emissoras de rádio e televisão. No parágrafo 1º consta que as empresas radiofônicas e televisivas só poderão funcionar com a concessão de licença, através de concurso público. Entretanto, o regulamento do concurso público depende de aprovação do Conselho de Ministros, não sendo prevista a possibilidade de outros segmentos sociais participarem deste processo. Tal orientação destoa do artigo 4º da mesma lei, que, em seu parágrafo 1º, diz que “a imprensa tem uma função de interesse público”. Defende ainda, em seu item “e”, que a imprensa deve promover a mobilização da iniciativa e participação populares, nos diversos domínios de atividade, sem que seja dada a ela a chance de participar do processo de escolha.

O recurso da concessão de licença para funcionamento de empresas de rádio e TV é, sem dúvida, uma forma de controle do governo, geralmente o primeiro passo na aquisição da autoridade política (SCHILLER *apud* MATTOS, 1996:28)²⁵. A relação de controle do Estado sobre os meios de comunicação vem desde a Idade Média, através do ato de censura ao primeiro livro produzido por Gutemberg - com o surgimento das novas técnicas de impressão -, a Bíblia. O ato de censurar, portanto, é tão antigo quanto a divulgação de idéias. A história mostra como o controle dos meios de comunicação sempre existiu, defende o autor.

A censura a qualquer meio de comunicação de massa é uma violação à liberdade que o cidadão tem de procurar, receber e publicar informações. Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. Esse direito é garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Constituição da República da Guiné-Bissau também assegura esse direito, conforme disposto no art. 51, incisos 1 e 2: “Todos têm direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento por qualquer meio ao seu dispor, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informado sem impedimento nem discriminações. O exercício desse direito não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura”.

3.2. Imprensa em deterioração

Contrariando todos os dispositivos legais, experiências revelam a existência de controle da imprensa pelo Estado. Historicamente, no caso da Guiné-Bissau, nota-se o quanto os regimes ditatoriais, tanto na época colonial quanto no regime de partido único, valeram-se da imprensa como recurso de controle ideológico. Só com a necessidade de uma abertura política do regime, em janeiro de 1991, durante o II Congresso Extraordinário do PAIGC, o presidente Nino Vieira anunciou o início da democratização do país, tendo sido alterada a Constituição, de modo a permitir o pluralismo político, a liberdade de expressão, associação, reunião e de imprensa.

²⁵ Massa Communication and American Empire, Boston Press, 1969, p. 33.

A partir daí surge o questionamento: o que dificulta a imprensa de realizar com convicção sua função mais importante, que é a de defender o interesse público acima de qualquer coisa, sem interferências? Para elucidar tal questionamento, é preciso analisar as bases que formaram a imprensa que aí está estabelecida. Para isso, é necessário refazer um percurso histórico capaz de determinar as possíveis relações entre imprensa, censura e liberdade.

Desde 1991, ano do início de uma democratização efetiva no país, até dezembro de 2002, foram legalizados cerca de 20 partidos políticos. Em 1994, três anos após a alteração da constituição, foram realizadas as primeiras eleições legislativas e presidenciais na história do país. O PAIGC, que já governava o país desde a independência em 1974, saiu vencedor das eleições consideradas pelas comunidades internacionais como justas. Em maio de 1999, Guiné passa por novas eleições presidenciais após conflito armado que o assolou o país desde junho de 1998. Com essas eleições o governo foi substituído. “Se por um lado tudo parecia caminhar regularmente, por outro lado somos tentados a constatar que neste processo houve muitas contradições, sinuosidades e recuos.” (CARDOSO, 2006:1)

Diversos estudos levados a cabo no mundo revelam que a liberação política no seio de um regime autoritário começa com a diminuição da repressão e a criação de liberdades civis, mas que estas mudanças não conduzem necessariamente à democratização, podendo esta abortar e a repressão voltar. Acerca do assunto, Fafali Koudawo, no seu trabalho sobre as transições políticas em Cabo Verde e Guiné-Bissau, afirma que, comparativamente à transição em Cabo Verde, o caso da Guiné-Bissau podia ser considerado como o de “transições sobrepostas” e inacabadas (KOUAWO *apud* CARDOSO, 2006:1). Devido a esse processo político não linear para a “real” instauração da democracia, resulta numa confiscação da democracia e simultaneamente na confiscação das liberdades individuais, liberdade de expressão, no não respeito dos direitos humanos e na perseguição dos opositores ao regime. Essa realidade é comum a uma grande parte dos países africanos, que, como ex-colônias, tiveram que enfrentar a exigência de construir um Estado, mas sem a preocupação de atribuir a esse Estado realmente funções de Estado em relação à formação social.

Guiné-Bissau, os exemplos recentes nos revelam, é um país com fraquezas e incertezas da democracia, onde predomina um fraco funcionamento das instituições

públicas, funcionamento esse precário e totalmente deflagrado após o conflito armado ocorrido em junho de 1998. Para além de ter paralisado durante cerca de um ano o funcionamento do Estado, esta crise enfraqueceu as instituições democráticas e deixou um legado de instabilidade que muito tem contribuído para enfraquecer o respeito pelos direitos humanos, o respeito pelas liberdades individuais e civis e principalmente o respeito pela democracia. O Estado, conforme a idéia de Estado meio divino, pretendeu ocupar-se de tudo e fazer (criar) a sociedade a sua semelhança²⁶. Em uma sociedade em que se dá voz à imprensa, todos ganharão, todos terão a chance de melhorar, de aproveitar as oportunidades oferecidas pela liberdade de expressão, liberdade de imprensa e pelo direito de reunião em sociedades democráticas.

A deterioração da imprensa no país preocupa diversos setores, além dos organismos internacionais. A União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau (UNTG), em carta enviada à Federação Internacional de Jornalistas (FIJ), à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, considera grave a situação da imprensa no país. A organização pede apoio à Comunidade Sindical Internacional dos Jornalistas para constantes atos de “atentado” à liberdade de imprensa no país. A UNTG considera ainda que se medidas não forem tomadas o futuro da imprensa e a carreira de jornalismo em Guiné-Bissau estarão ameaçadas.

²⁶ “Conformément à l’idée de l’État démiurge, a prétendu s’occuper de tout, et faire la société tout en se faisant lui-même” (Médard, 1991: 363 apud Cardoso, 2006:6).

4. O jornalismo impresso guineense: do político ao informativo

Se o exercício da imprensa em Guiné-Bissau pode ser acompanhado através de sua relação nada amistosa com o Estado, como visto no capítulo três, este também se traduz, de forma mais palpável, nas páginas dos jornais impressos em língua portuguesa através das matérias que oferece aos seus leitores, traduzidas pelos títulos, textos, fotos, legendas, formato e número de páginas, cores, diagramação etc. Os jornais guineenses parecem refletir muito concretamente a situação recente do país, ainda muito lentamente adentrando à economia de mercado, e também as altas taxas de analfabetismo ora encontradas. Em 2003, segundo dados do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)²⁷, 48,6% da população adulta era analfabeta, enquanto entre os jovens esse percentual era ainda maior: 58,5%.

Apesar do razoável número de jornais, todos editados na capital do país (Bissau), nenhum deles circula diariamente e as maiores tiragens não ultrapassam os 2.000 exemplares. São todos jornais em formato tablóide, impressos em papel jornal e em preto e branco (a única cor fica restrita ao título das publicações - a maioria em crioulo) e o mais volumoso apresenta 20 páginas. Outro aspecto fundamental a caracterizá-los, e a limitá-los, é que praticamente todos são impressos na gráfica do governo, a INACEP (Imprensa Nacional da Guiné-Bissau).

Feita esta descrição geral, passaremos à análise individual dos jornais, levando em consideração os diferentes elementos jornalísticos que os compõem. Antes, é preciso lembrar que a escolha dos jornais ficou profundamente afetada pela disponibilidade dos mesmos, dada a distância geográfica entre a pesquisadora e seus objetos de estudo, bem como pela dificuldade e o custo de remessa deles, através do Correio guineense, até o Brasil. A agravar esta situação há ainda a precariedade dos arquivos públicos do país, onde é difícil encontrar os jornais organizados e classificados e onde impera a má vontade dos funcionários responsáveis pelo atendimento.

Portanto, de modo aleatório, constituem o *corpus* de análise os seguintes jornais (com suas respectivas edições):

²⁷ http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=53&Itemid=84.

Nô Pintcha - edições de 4, 13 e 20 de janeiro de 1977, de 19 de fevereiro de 1977 e 24 de setembro de 1977 (todas do segundo ano de existência do jornal). Do período mais recente, há edições de 8 de abril de 2002 (ano XXVIII), 26 de setembro de 2008 (ano XXXII) e 9 de outubro de 2008 (ano XXXII). (**anexos 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10**)

Diário Bissau - 8 de outubro de 2008 - Ano 11 - nº 715(**anexo 11**)

Última Hora - 6 de outubro de 2008 - Ano II - nº 35(**anexo 12**)

Gazeta de Notícias - 3 de outubro de 2008 - Ano X – nº 359(**anexo 13**)

Bantaba di Nôbas - 3 de outubro de 2008 - Ano 1 – nº 36(**anexo 14**)

Kansaré - 29 de setembro de 2008 - ano VI - nº 152 e 9 de outubro de 2008 - Ano VI - nº 153.(**anexos 15 e 16**)

4.1. Nô Pintcha - 1ª fase

Jornal mais antigo em circulação no país, o *Nô Pintcha* passou, em seus 33 anos de ininterrupta publicação, por um processo de mudança que pode ser explicado, em parte, pelas transformações políticas que o país viveu desde sua independência, em 1974, principalmente com o advento da Lei de Imprensa, nos anos 1990, quando foi aberta a possibilidade de surgimento de novos veículos. Um bom exemplo do novo panorama comunicacional que se abriu foi o surgimento do primeiro jornal privado do país, o *Expresso Bissau*, criado sob uma linha editorial liberal, informativo, o que levou-o a conquistar a preferência dos leitores. Diante de tal concorrência, o jornal até então vinculado ao governo teve que também mudar sua linha editorial, introduzindo novas editorias, inclusive a de Opinião, através da qual passou a fazer críticas ao próprio governo. Com isso, o veículo passou a sofrer retaliações do governo do PAIGC, na época partido no poder. O partido decidiu, então, parar de financiar o jornal, alegando que o mesmo não estava contribuindo para a boa imagem do governo.

Mas o jornal, ao nascer, tinha um caráter partidário, apresentando em suas edições matérias sobre o PAIGC e os combates pela independência de Guiné-Bissau. Não é à toa que a ele foi dado o título em crioulo (“Avante”), a língua que representava o marco simbólico da luta contra os colonizadores portugueses (antes, durante a luta de libertação nacional, o partido fazia circular nas zonas libertadas do país o *PAIGC Atualidades*). O *Nô Pintcha* era, portanto, o veículo de uma causa política ao qual o país estava submetido em meados dos anos 1970. A corroborar esta direção editorial a informação que ficava abaixo do título, mostrando a quem pertencia o veículo: “Órgão

do Comissariado de Estado de Informação e Turismo”. Até meados de 1985, circulava com três edições semanais em formato intermediário entre o standard e o tablóide.

Na edição de 4 de janeiro de 1977, quando o jornal estava no segundo ano de existência, a primeira página, pelas matérias que apresenta, dá o tom político definido pelo PAIGC. Na manchete fica patente esta escolha editorial:

ARISTIDES PEREIRA A LUIZ CABRAL: “O nosso Partido prosseguira fiel e imperturbavelmente a sua missão história no caminho estabelecido por Amílcar Cabral”

O título destaca uma informação de caráter eminentemente político, tratando do envio de uma carta do secretário-geral do PAIGC, Aristides Pereira, ao então presidente de Guiné-Bissau, Luiz Cabral, que assumiu o comando do país após o assassinato do irmão, o líder revolucionário Amílcar Cabral. As demais chamadas da página principal reforçam a mesma direção:

Representantes do corpo diplomático cumprimentaram o Presidente
(informação sobre a cerimônia de apresentação de cumprimentos de Ano Novo pelo corpo diplomático instalado em Guiné-Bissau durante discurso do presidente Luiz Cabral)

- PALESTINA: REVOLUÇÃO ATÉ A VITÓRIA

- 1976, ANO DE LUTAS E DE VITÓRIAS

Abaixo do título sobre a revolução (“1976, ano de lutas e de vitórias”), segue o texto que explicita a postura parcial do jornal frente aos acontecimentos que levaram à independência do país:

(...) o “Nô Pintcha”, um pouco ao “estilo” de editorial, tentará nestas rápidas linhas fazer um resumo dos principais acontecimentos verificados no ano de 1976, tanto no plano interno como no plano internacional. Evidentemente, não nos limitaremos apenas a registrar friamente os acontecimentos, pois, como informação que somos, não podemos nos colocar numa atitude “imparcial”, acima das lutas dos homens e das contradições da sociedade. Somos parte de um todo e temos uma posição definida. (pg. 1)

A edição, aliás, é dedicada a uma retrospectiva do ano de 1976, mostrando as medidas tomadas pelo governo de Luiz Cabral, dois anos depois da independência de Guiné-Bissau.

Na edição de 13 de janeiro de 1977 o destaque ficou para a informação sobre a reunião inaugural da constituição de conselho que tinha representantes de Guiné-Bissau e Cabo Verde, instituído pelos presidentes das Assembléias Nacionais dos dois países. A notícia tem alto teor de editorialização, reforçada pela forma como o tema é apresentado.

“Com mais este importante passo dado em frente, temos consciência do caminho longo e difícil que nos aguarda, e compreendermos melhor a missão transcendente que temos a cumprir, a enorme responsabilidade que nos cabe como militantes do Partido de Amílcar Cabral, como construtores da pátria que queremos, uma pátria totalmente livre, unida e próspera, digna do nosso povo heróico da Guiné e Cabo-Verde”.

(Trecho do discurso de Aristides Pereira, então presidente de Cabo Verde, na reunião do conselho da Unidade Nacional)

A novidade nesta edição, apesar do conteúdo com forte aspecto ideológico, voltado para mostrar temas ligados ao partido ou ao governo, o jornal já passa a exibir conteúdo com caráter jornalístico, numa sessão chamada “Últimas Notícias”, com informações internacionais, oriundas de agências internacionais de notícias, como AFP (agência France Press), TASS (agência de notícias da União Soviética) e APN.

África do Sul

Continua o boicote às aulas

CABO (AFP) - Foram incendiados cinco escolas na noite de segunda para terça-feira nas cidades africanas do Cabo, anunciou na terça-feira a polícia do Cabo.

Os bombeiros intevieram, sob forte escolta da polícia, em Langa, onde arderam quatro estabelecimentos escolares. O quinto foi incendiado pouco depois da meia-noite.

Os incêndios foram causados por “cocktails” Molotov. Estes incêndios de escolas acontecem em menos de uma semana após a reentrada nas aulas para os africanos nas regiões do Cabo e de Joanesburgo. Ainda que tenha aumentado a participação aos cursos, a totalidade dos efetivos ainda não retomou o caminho das escolas.

Veículo informativo da revolução, o jornal tem no uso constante de certas palavras a linha ideológica ao qual está vinculada a ação de seus combatentes, de

vertente marxista. A edição de 20 de janeiro de 1977, por exemplo, é exemplar neste sentido, com o uso de palavras como “camarada”, “luta”, “revolução”, “independência”, “reconstrução nacional”, “combatentes da liberdade”. São signos que refletem o sentimento de liberdade e unidade nacional vivida naquele momento no país.

Pedro Peralta em Bissau

A convite do nosso Partido, aquando da visita do camarada presidente Luiz Cabral a República Socialista de Cuba, chegou na tarde de anteontem ao nosso país o camarada Pedro Peralta, do comitê central do partido comunista cubano(...)

(...) “só participar de uma luta de libertação nacional, quer dizer muito. Era onde se combatia, se preparavam as operações e principalmente se preparavam os quadros militares para fazerem frente ao inimigo. Com isso todos os combatentes do PAIGC ganham muita experiência” afirmou o Peralta.

A mesma edição é dedicada às comemorações de 4 anos da morte do líder do PAIGC e herói nacional, Amílcar Cabral. O destaque da edição fica pela manchete:

20 DE JANEIRO - HEROIS NACIONAIS

“Comemoração de morte de 4 anos de Amílcar Cabral, fundador do PAIGC”

Para reforçar a postura de definir quem são os “inimigos” da grande luta internacional conhecida como Guerra Fria, ainda em vigor nos anos 1970, o jornal traz matérias de caráter anti-imperialista com a notícia, na forma explícita de editorial, sobre um ataque a Benin.

(...) Mas o imperialismo recusa-se a aprender no processo histórico e ainda não compreendeu que o tempo das intervenções fáceis, das destabilizações e das pilhagens desenfreadas já ficaram para trás, pois hoje o nosso continente está mais forte, a nossa consciência política aumentou o número de países progressistas aumentam cada vez mais.(...)

Ainda que de forma tímida, o que se nota nesta edição é a contínua introdução de elementos que apontam para um jornalismo informativo, traduzido na forma de serviço de utilidade pública, como telefones de farmácias, hospitais, bombeiros, polícia, correios, emissoras de rádio, aeroporto, programação de cinema etc. A novidade da

edição de 19 de fevereiro de 1977, ainda fundamentalmente política, é a página dedicada ao esporte e a presença de anúncios classificados.

Classificados - Empregos		
VENDE-SE	VENDE-SE	PRECISA-SE
Recheio de casa, contactar telefone 2014, a qualquer hora do dia	Mobília para sala comum, quarto de cama, frigorífico, um fogão e automóvel SIMCA 1500.....	Tradutor ou tradutora de inglês e Francês, contactar Armazéns do Povo

Na edição de 24 de setembro de 1977 o destaque foram as comemorações do quarto ano de independência de Guiné-Bissau. Em constante mudança, o jornal passa a organizar seu conteúdo em editorias, incluindo a página “Dos Leitores”, dedicada aos textos enviados pelos leitores. Também traz a coluna com entrevista dos leitores, chamada de “Responde o Povo”. A edição, por ser comemorativa do aniversário da independência, tem ainda um carácter político, de apoio ao governo. Mas nota-se que, aos poucos, o jornal vai assumindo um aspecto mais informativo.

4.2. Nô Pintcha - 2ª fase

Vinte e oito anos depois, em 8 de abril de 2002, o *Nô Pintcha* é outro jornal totalmente diferente. A começar pelo abandono da frase que o caracterizava como órgão do governo, substituída por “Semanário de Informação Geral”. Para fazer valer o complemento ao título, o veículo apresenta conteúdo mais diversificado, organizado através de sete editorias (Sociedade, Política, Opinião, Nacional, Cultura, Desporto, Entrevista), além da primeira e última páginas. E também através de notícias com carácter informativo, submetidas à lógica da pirâmide invertida. É o que se pode ver na seguinte notícia, publicada na página 8, através do seu lead.

Cultura nacional está de luto Acidente de viação ceifa vida a condutor

Um morto e dois feridos (**QUEM**), é o balanço de um acidente (**O QUE**) ocorrido na passada segunda-feira, 11 de Março (**QUANDO**), na estrada que liga Bissau/Quinhamel, concretamente na localidade de Bissausinho, a poucos km's da capital (**ONDE**). (acréscimos nossos)

Na continuação da notícia, entretanto, a lógica impessoal da notícia no estilo americano é deixada de lado com o uso da terceira pessoa do plural, o que contraria uma das recomendações do texto informativo.

Segundo informações a que **tivemos** acesso, a origem do acidente prende-se com o rebentamento de uma das rodas da viatura, em plena velocidade cruzado, tendo originado a derrapagem e a capotagem da viatura, que só parou de *lavar* no matagal de cajueiros. (grifos nossos)

O jornal - com tiragem informada de 2.000 exemplares - apresenta ainda novo projeto gráfico, com formato tablóide, cinco colunas, separadas por fios, e a introdução da cor vermelha no nome e em uma caixa de cantos arredondados que o circunda. Na primeira página, diferentemente do que acontecia nas edições dos anos 1970, os textos não continuam nas páginas internas. São na verdade aquilo que, no jornalismo brasileiro, é conhecido por *chamada*, uma espécie de lead que resume a matéria encontrada internamente, acompanhado do título, do número da página e às vezes de foto.

A relação íntima com o governo, colocada em prática anteriormente, parece ser deixada de lado pelo que demonstram as matérias publicadas sobre corrupção, sobre a ingerência política nos assuntos do Judiciário e até das disputas entre representantes do próprio governo. Mais representativo ainda desta postura é o editorial que critica a corrupção no país.

**“Ma Finança... ka fácil, A sério...”
80% das receitas fogem do Erário**

(...) Com a prática da corrupção que se vem instalando no nosso sistema Administrativo, caracterizado pela fuga de capitais do Tesouro Público, torna-se difícil ao país conseguir manter um razoável nível econômico, e consequentemente, o cantado desenvolvimento sustentável da sua população.

É nesta mesma edição que o diretor do jornal, Simão Domingos Abina, reclama, em matéria sobre os 27 anos de existência do periódico, da falta de apoio do governo. A ajuda deixou de ser dada desde que o *Nô Pintcha* passou a assumir uma postura mais

crítica em relação ao governo para não ser deixado para trás pelo concorrente *Expresso Bissau*.

De acordo com Abina, o Nô Pintcha (...) foi obrigado a fazer frente ao Expresso Bissau. “Neste caso, estou-me a referir à liberdade de imprensa que permitia aos jornalistas expressarem-se mais à vontade. Face a esta situação, o Nô Pintcha para não perder credibilidade perante os leitores, introduzir novas rubricas no jornal, por exemplo, o espaço Opinião que fez muitas críticas à governação”, afirmou.

O PAIGC, na altura partido no Poder, não ficou satisfeito com a nossa linha editorial, porquanto é o Governo que subvenciona o Nô Pintcha então, limitou-se apenas a apoios pontuais ao jornal, alegadamente, porque o jornal não estava a contribuir para uma boa imagem da governação do regime, recordou, acrescentando que foi a partir daí, que o jornal começou a entrar na sua fase de declínio, tendo chegado ao seu agravamento, designadamente, com falta de matéria prima. (p. 12)

Na primeira página, os destaques para o conteúdo interno ganham título, chamada e foto, diferentemente da versão dos anos 1970, em que nas páginas internas continuava o texto da chamada de 1ª página.

A preocupação com a liberdade de imprensa é notada a partir da notícia de 1ª página:

“Governo pretende mais pragmatismo no trabalho”
(matéria de análise da situação dos jornalistas no país).

O jornal passa a ser dividido em editorias fixas, como Sociedade, Política, Opinião, Nacional, Cultura, Esporte e Entrevista. Passa, inclusive, publicar matérias com denúncias, de caráter de utilidade pública, como é o caso da que aponta a falta de cuidado das autoridades locais, neste caso da Câmara Municipal de Bissau, para com a coleta de lixo próximo a um mercado público da cidade. Para isso, entrevista uma moradora da região e um vendedor (os que sofrem com o problema) e um representante do mercado (responsável por dar uma solução ao problema).

“Lixo continua a fazer finca pé no mercado do Bandim”
(Matéria típica da editoria de cidade, relatando problemas de acúmulo de lixo em um mercado público de Bissau).

O jornal ainda dedica a maioria do seu espaço à política, mas traz artigos de opinião. Na editoria Sociedade volta com duas matérias: uma sobre desvio de recursos públicos da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) e outra sobre a preocupação de Kofi Annan, secretário geral da ONU, com a situação política, econômica e judicial do país.

De 2002 passamos para a edição de 26 de setembro de 2008, com 20 páginas. Essa edição se destaca por uma prática jornalística noticiosa, com destaque para assuntos da cidade, do país, internacionais, esportes, saúde, cultura e uma editoria especialmente voltada aos temas de países de língua portuguesa. O jornal agora tem consolidada uma linha editorial que separa, de forma nítida, a opinião da informação.

O jornal apresenta-se com novo projeto gráfico, apesar de manter o formato e o número de colunas (5). Retira os fios que separam as colunas e a assinatura dos repórteres, antes no fim das matérias, passando-a para baixo do título. As legendas, agora, adquirem nova feição gráfica, pois são enquadradas ao lado de um retângulo preto e um fio abaixo. Ainda dá destaque aos assuntos políticos, com a primeira página quase toda dedicada ao tema. Essa edição traz anúncios publicitários de empresas de telefonia, cerveja, bancos e anúncios do governo. O destaque a partir de agora é também a seção “Foto da Semana”, através da qual são feitas denúncias com pretensões de utilidade pública, normalmente relacionadas à atuação das autoridades públicas. Também figura uma página de passatempo, com palavra-cruzada e teste de conhecimentos gerais.

Na edição do dia 9 de outubro de 2008, o jornal continua com o mesmo editorial, com notícias na sua maioria destacando a situação política no país, mas com caráter mais informativo, deixando de lado a relação explícita com o governo.

UNTG não dá tréguas e Governo promete salários para breve

A greve que a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), central sindical, vinha observando desde o dia 7 do mês em curso, paralisando alguns sectores da administração pública, termina hoje, com um novo pré-aviso. O governo, através do ministro da Comunicação Social, pediu a contenção dos grevistas, garantindo que os salários vão ser pagos brevemente.

Notícias de investimentos econômicos e sociais fazem parte dessa edição, tendo como exemplo a matéria sobre a concessão de blocos de petróleo para empresas estrangeiras. O jornal abre espaço para mais anúncios, em sua maioria do BCEAO (Banque Centrale des Etats de l'Afrique de l'Ouest), do qual a Guiné-Bissau faz parte economicamente. A coluna “Lusofonia” ainda existe dando destaque aos acontecimentos da CPLP. Destaque para a Notícia da Semana, nesta edição com a informação de que o Sindicato dos Trabalhadores da Guiné Telecom - empresa de telecomunicações guineense - acusa a Portugal Telecom de má gestão. Continua com destaque a seção “Foto da Semana”

(...) escolhemos para esta edição a estrada de pirada, que apresenta enorme degradação, ao ponto de, como se vê na foto (um caminhão tombado na pista), provocar acidentes aos camiões de carga. É uma situação que foi denunciada e debatida em várias ocasiões, inclusive nas sessões da ANP. Este acidente aconteceu recentemente na ligação Pirada-Ponte do rio Bidigor”. (Anexo17)

4.3. Diário Bissau

Com a abertura e o início do processo de democratização no país, na década de 1990 e devido à aprovação da Lei de Imprensa, possibilitou o surgimento de vários jornais privados, entre eles o *Diário Bissau*. O jornal, que começou a circular em 1990, se manteve com alguma regularidade até finais de 1996, fato interessante diante da efemeridade comum a vários jornais da época. Suspenso devido a falta de recursos, retomou sua publicação em 12 de março de 1997 e circula até hoje. O jornal se denomina Órgão Independente de Informação Geral e é membro da WAN (Associação Mundial de Jornais).

Jornal com caráter mais informativo, com editorias bem demarcadas pelos títulos, manchetes e destaques. Possui uma estrutura editorial “limpa” e bem definida. Possui página interna com notícias breves internacionais e dá grande destaque aos assuntos nacionais com uma abordagem mais informativa e imparcial. Segue uma linha mais independente e possui uma abordagem dos assuntos, principalmente os nacionais, com caráter mais informativo e com tom de crítica ao governo.

Abrir o que ainda nem sequer se fechou

Há cerca de quatro meses que as aulas encerraram nas escolas públicas, mas o governo até agora não conseguiu declarar o fim do ano 2007/2008, devido ao desentendimento entre o ministro da Educação Nacional e os dois sindicatos dos professores.

Na última página possui uma espécie de editorial. O destaque é o caderno de cultura e a página dedicada a passatempo. Possui formato tablóide, cinco colunas, matérias com chamadas em negrito, as matérias são separadas por “fios”. O jornal traz poucos anúncios e se apresenta com 16 páginas.

4.4. Última Hora

Jornal semanário independente de informação geral, o *Ultima Hora* surgiu em 2007, dirigido pelo Athizar M. Pereira, e com uma tiragem de 500 exemplares. O semanário assume uma clara linha editorial de oposição ao governo, como pode se perceber através desta manchete:

**Guiné-Bissau
35º Aniversário de naufrágio na penúria, desleixo, corrupção e dependência**

A parte gráfica do jornal é composta de títulos e legendas em letras grandes como forma de chamar atenção. O conteúdo é formado, em sua maioria, por entrevistas sobre a situação política do país. O jornal é dividido nas editorias de Sociedade, Mundo, Nacional, Atualidade, Entrevista e Efeméride, uma espécie de página de memórias sobre a independência do país. Páginas internas trazem reportagem especial sobre a questão da crise na saúde, com críticas ao governo, assinada pelo próprio diretor, sobre a epidemia de cólera que se alastrou pelo país e o descaso das autoridades sobre o assunto, com a manchete:

Cólera desidrata, moe e mata no Hospital Nacional Simão Mendes

Esta edição possui um anúncio do CDEAO. A última página do jornal, chamada de “Última Hora”, dá destaque a assuntos da atualidade.

4.5. Gazeta de Notícias

Jornal independente, como se denomina, na edição de 3 de outubro de 2008 encontra-se no ano X e com o nº 359. *Gazeta de Notícias* tem formato tablóide e 12 páginas, possui clara linha editorial de oposição, observadas a partir das suas manchetes e chamadas na 1ª página, com títulos em negrito e letras enormes.

O projeto gráfico é bastante poluído e com poucas fotos. Manchete em letras garrafais na 1ª página:

MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA ACUSA PRS DE PREPARAR GOLPE DE ESTADO

As matérias no interior do jornal são divididas em quatro colunas com pouca ou nenhuma foto. As matérias tipo reportagem ocupam a página inteira de texto corrido. O jornal se apresenta sem editorias definidas. Possui anúncios, em sua maioria de empresas de telefonia. Predominam assuntos políticos e pouco destaque para notícias internacionais.

4.6. Bantaba di Nôbas

Jornal privado denominado de semanário de informação geral, de acordo com informação fixada no próprio jornal, o veículo está no 1º ano de circulação com 36 edições publicadas. *Bantaba di Nôbas*, título do jornal em crioulo que significa “lugar se novas”, possui um caráter independente. O jornal é distribuído em mais seis países além de Guiné-Bissau, Senegal, Portugal, Espanha, França, Itália e Alemanha.

O jornal possui formato tablóide e uma tiragem de 1.000 exemplares. Possui projeto gráfico bastante diferente, com destaques de fotos e chamadas. O título do jornal aparece na cor verde, fato de destaque, visto que os demais jornais possuem títulos mais neutros, em sua maioria na cor azul. É dividido nas editorias de Opinião, Política, Entrevista, Política Internacional em francês, Sociedade, Política nacional.

Na 1ª página da edição de 3 de outubro de 2008, dominam as manchetes sobre assuntos políticos:

“Se ganharmos as próximas legislativas vamos promover a identidade, solidariedade e a honra nacional”

(declaração do Líder da oposição, Francisco Fadul, se referindo as eleições legislativas de novembro de 2008).

As páginas internas trazem grandes reportagens de entrevistas, principalmente sobre as eleições. Na mesma edição figura uma reportagem de duas páginas com entrevista de Nino Vieira, líder do partido no poder. O jornal dá grande destaque para assuntos nacionais e de política, mas sem uma clara posição. Possui assuntos internacionais e última página com notícias relevantes.

4.7. Kansaré

Kansaré é um jornal privado com formato tablóide, título em crioulo e com 12 páginas. É dirigido por Fafali Koudawo, cientista político e reitor da universidade guineense Colinas de Boé. Possui tiragem de 1000 exemplares. A edição nº 152 de 29 de setembro de 2008 traz manchetes sobre as eleições legislativas e a questão do tráfico de drogas no país.

Bissau, paraíso dos narcotraficantes

A notícia possui um caráter de denúncia contra as autoridades sobre o problema do tráfico de drogas que vem se alastrando pelo país. Mais manchetes de clara oposição:

Branqueamento de dinheiro e instabilidade política

(a matéria trata da possível utilização pelos cofres públicos dinheiro de tráfico de cocaína no país).

O jornal possui quatro colunas de texto, é dividido em editoriais compostas de textos e imagens. Na última página observa-se a introdução de charge. A edição de 9 de outubro de 2008, um mês antes das eleições legislativas no país, *Kansaré* se apresenta com a manchete:

Que futuro para a Guiné?

Uma carta aberta ao presidente da República, assinada pelo próprio jornal, solicita do presidente o respeito aos direitos humanos no país.

O papel de árbitro que, ao presidente, cabe desempenhar no exercício do poder político, defendendo a constituição e as leis da república, confere-lhe o direito de declarar inconstitucional a não concretização dos direitos primários do povo (...).

A edição é constituída em sua maioria de assuntos políticos, possui anúncio do governo sobre oferta de vaga de emprego e de uma empresa de telefonia. A penúltima página é dedicada à retrospectiva da política ao longo da semana e às vésperas das eleições legislativas, em novembro de 2008.

5 – Conclusão

Muito ainda resta a pesquisar na área da comunicação social em Guiné-Bissau, principalmente no diz respeito à história da imprensa, mas ao longo do trabalho buscamos enfatizar uma visão dicotômica sobre as relações entre imprensa e poder, principalmente o poder político e militar que predomina no país. Observou-se através de diversos indícios que existe uma relação entre a situação política e econômica do país com a situação dos jornalistas guineenses. A instabilidade política em que o país se encontra, acaba dificultando a consolidação de um Estado democrático que tem como direitos indispensáveis a liberdade de expressão e de opinião. Os constantes atos de violência moral e física a jornalistas no exercício da profissão e diversos casos de atentados à Lei de Imprensa, que figura na Constituição do país desde 1991, podem ser citados como exemplos.

Buscou-se, apesar da escassa bibliografia no assunto, fazer uma análise dos processos políticos e sociais que o país viveu, para estabelecer uma relação entre a situação da degradação em que se encontra a imprensa em Guiné-Bissau hoje, com os conflitos e instabilidades políticas do país. Contudo, o que se observa atualmente em Guiné-Bissau é que os governantes guineenses violam constantemente a liberdade de imprensa, mas existe uma liberdade parcial. Não por acaso Guiné-Bissau ocupa o 118º lugar no relatório da ONG Repórteres sem Fronteiras sobre países que mais violam a liberdade de imprensa no mundo.

Através de análise feita a partir de alguns jornais que circulam atualmente no país, podemos constatar que a imprensa hoje é totalmente desprovida de investimentos e com isso se freia qualquer tipo de avanço no setor. A carência de estrutura e de profissionais na área acaba possibilitando um “controle” por parte do governo, sobre a imprensa no país. As evidências dos episódios apresentados ao longo deste trabalho nos levam a perceber que o desenvolvimento dos meios de comunicação está totalmente atrelado ao aspecto dominante do Estado sobre a imprensa, principalmente quanto aos conteúdos de suas publicações. Tais fatores, aliados à prática contínua da censura, têm um reflexo devastador sobre o desenvolvimento da atividade jornalística no país.

Em vista disso, torna-se urgente a adoção de medidas que possibilitem a realização plena e efetiva dos direitos fundamentais de um estado democrático. O que é

inaceitável é que esses direitos sejam submetidos aos mandos e desmandos do poder político. Nesta perspectiva, o Estado deve adequar-se às normas e princípios universalmente aceitos no domínio dos direitos humanos, assumindo ele mesmo a tarefa de criar condições para o florescimento da democracia e conseqüente promoção dos direitos fundamentais e bem-estar social.

Referências bibliográficas

Livros e artigos

AMADO, L. “A Literatura Colonial Guineense”. Revista ICALP, vol. 20 e 21, Julho - Outubro de 1990, 160-178.

FERIN, Cunha Isabel. “Das Imagens dos Media aos Media: Fragmentos do Espaço Lusófono”. Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, 2005.

HOHLFELDT, Antonio. “Imprensa das colônias de expressão portuguesa: Primeira aproximação”. Natal: Intercom, 2 a 6 de setembro de 2008.

Cf. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0210-2.pdf>.

HUME, Ellen. “Liberdade de Imprensa”, Journal USA: Questões de Democracia, *Departamento de Estado dos EUA / dezembro de 2005/ volume 10 / número 2*
<http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm>

LEMO, Mário Matos e. “Meios de comunicação na Guiné-Bissau”. In:---. Política Cultural Portuguesa em África: o caso da Guiné-Bissau. Bissau: Gráfica Europam, Lda, 1999, p. 116-127.

MATTOS, Sérgio. *O Controle dos Meios de Comunicação: a história da censura no Brasil*. Salvador: Edufba, 1996.

NAMBURETE, E. “A Comunicação Social em Moçambique: da independência à liberdade”. Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, v. 1, n. 1, 2007.

SANTOS, Euclides. Línguas cortadas: imprensa, censura e liberdade no Brasil e em Portugal, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – BA: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO - "História da Mídia Brasileira: o avanço da pesquisa"

THOMAZ, Omar Ribeiro. Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português, Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Fapesp, 2002. Cap. 1, P. 40.

Websites

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA GUINÉ-BISSAU:

<http://www.agenciabissau.com/portal.aspx?link=public/viewnews.ascx&menuindex=0&newsid=1145>

ASSEMBLÉIA NACIONAL POPULAR DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU:

<http://www.anpguinebissau.org/historia/historia-guine-bissau>

ENTREVISTA CARLOS LOPES:

http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2005/04/a_guinbissau_ex.html

LIGA GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS:

<http://www.lgdh.org/RELATORIOANUAL2007LIGAGUINEENSEDOSDIREITOSHUMANOS.pdf>

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA: "Guiné-Bissau Inquieta Comunidade Jornalística", copyright *Público* (www.publico.com.br), 15/03/03

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp190320035.htm>

PANA PRESS:

<http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por001966&dte=13/03/2003>

PONTES, Roberto. A Guiné-Bissau no contexto dos países de língua portuguesa.

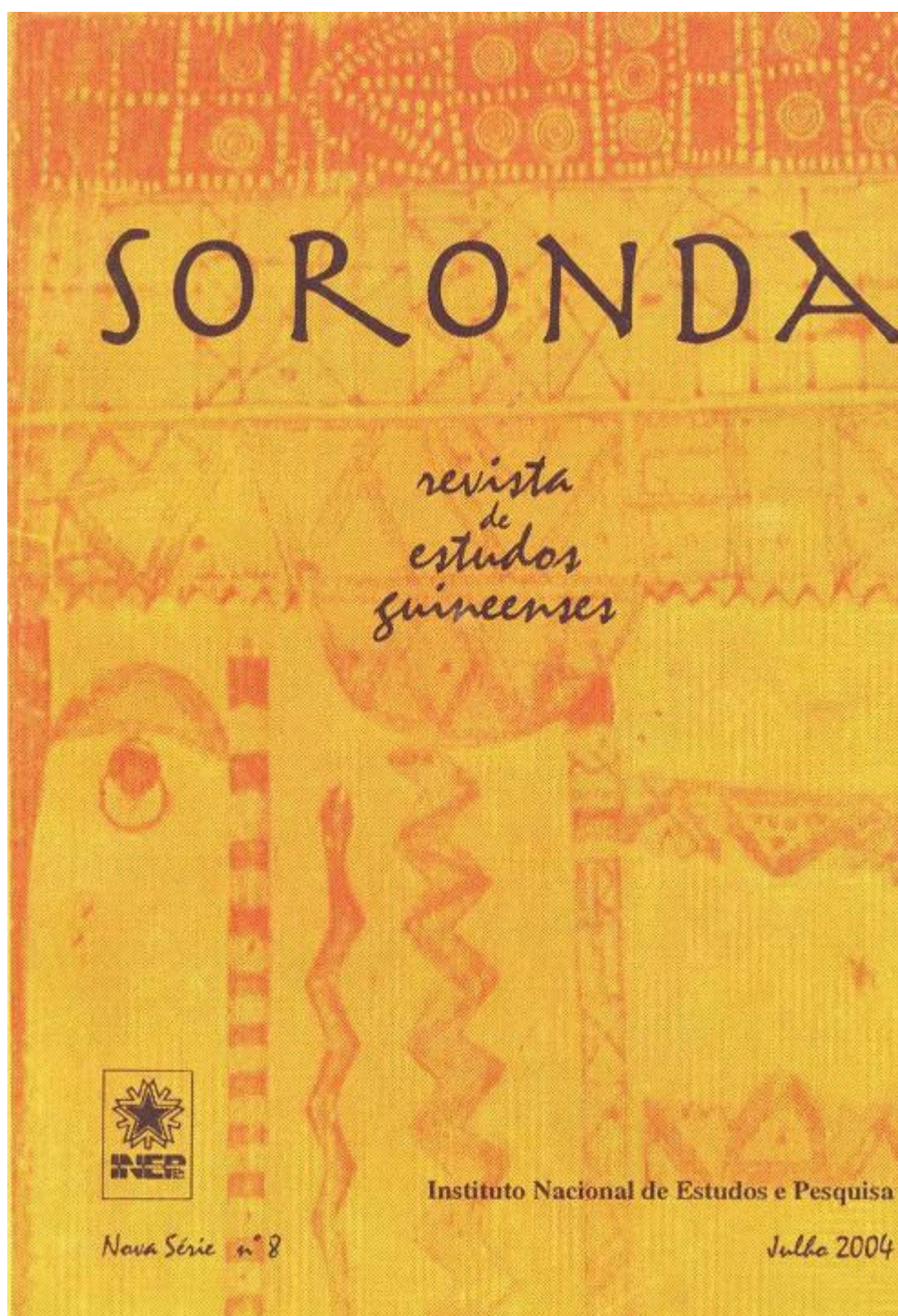
Instituto Afrobrasílico de Pesquisa e Estudos Literários. *in*

<http://www.didinho.org/aguinencontextodospaisesdelinguaportuguesa.htm>

PROJETO CONTRIBUTO À GUINÉ-BISSAU:

<http://www.didinho.org/guinebissau.htm>

ANEXO 1 – Revista Soronda



NO PINTCHA

SE ALGUM DIA COMEÇAREMOS DE NOVO A SER DIÁLOGOS E TALKS

ALGUMAS CONDIÇÕES E CONDIÇÕES: SÉTIMA TV BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONE: 211-1111

PLANO 2

AUSTIDES PEREIRA A LUIZ CABRAL:

"O nosso Partido prosseguirá fiel e imperturbavelmente a sua missão histórica no caminho estabelecido por Amílcar Cabral"

Comunidade Brasileira (PCB), Secretário-Geral do PCB, e Presidente da República do Cabo Verde, em nome do Presidente da República do Cabo Verde, e Secretário-Geral do PCB, Luiz Cabral, e o seu antigo companheiro de luta, agora, por ocasião da sua visita...

Desde os dias de sua primeira participação no movimento revolucionário, o antigo líder da luta armada pelo reconhecimento dos direitos de todo o povo da Palestina, expressa a sua profunda solidariedade com o povo da Palestina, e a sua firme convicção de que a luta armada é a única via para a libertação da Palestina...

Desde os dias de sua primeira participação no movimento revolucionário, o antigo líder da luta armada pelo reconhecimento dos direitos de todo o povo da Palestina, expressa a sua profunda solidariedade com o povo da Palestina, e a sua firme convicção de que a luta armada é a única via para a libertação da Palestina...

Representantes do corpo diplomático cumprimentaram o Presidente

Quem sabe um dia, entre as fileiras do movimento revolucionário para a libertação da Palestina, expressa a sua profunda solidariedade com o povo da Palestina, e a sua firme convicção de que a luta armada é a única via para a libertação da Palestina...

Além disso, o presidente Amílcar Cabral, em seu discurso pronunciado durante a cerimônia de apresentação da bandeira do povo da Palestina, expressa a sua profunda solidariedade com o povo da Palestina, e a sua firme convicção de que a luta armada é a única via para a libertação da Palestina...

Comunidade dos Povos, em nome do Presidente da República do Cabo Verde, e o seu antigo companheiro de luta, agora, por ocasião da sua visita...

PALESTINA: REVOLUÇÃO ATÉ A VITÓRIA

Em 1 de Janeiro de 1977, o movimento da Revolução Árabe, por um lado, e o movimento da Revolução Árabe, por um lado, e o movimento da Revolução Árabe, por um lado...

Desde os dias de sua primeira participação no movimento revolucionário, o antigo líder da luta armada pelo reconhecimento dos direitos de todo o povo da Palestina, expressa a sua profunda solidariedade com o povo da Palestina, e a sua firme convicção de que a luta armada é a única via para a libertação da Palestina...

O povo palestino em luta, em nome do Presidente da República do Cabo Verde, e o seu antigo companheiro de luta, agora, por ocasião da sua visita...

Desde os dias de sua primeira participação no movimento revolucionário, o antigo líder da luta armada pelo reconhecimento dos direitos de todo o povo da Palestina, expressa a sua profunda solidariedade com o povo da Palestina, e a sua firme convicção de que a luta armada é a única via para a libertação da Palestina...

Desde os dias de sua primeira participação no movimento revolucionário, o antigo líder da luta armada pelo reconhecimento dos direitos de todo o povo da Palestina, expressa a sua profunda solidariedade com o povo da Palestina, e a sua firme convicção de que a luta armada é a única via para a libertação da Palestina...

1976. ANO DE LUTA E DE VITÓRIAS

O povo palestino, em 1976, entre as fileiras do movimento revolucionário para a libertação da Palestina, expressa a sua profunda solidariedade com o povo da Palestina, e a sua firme convicção de que a luta armada é a única via para a libertação da Palestina...

Além disso, o presidente Amílcar Cabral, em seu discurso pronunciado durante a cerimônia de apresentação da bandeira do povo da Palestina, expressa a sua profunda solidariedade com o povo da Palestina, e a sua firme convicção de que a luta armada é a única via para a libertação da Palestina...

Comunidade dos Povos, em nome do Presidente da República do Cabo Verde, e o seu antigo companheiro de luta, agora, por ocasião da sua visita...

Luiz Cabral em Morés:
"Vim a Morés para cantar com o povo, neste primeiro dia do ano, as vitórias da nossa luta e os nomes dos combatentes da liberdade da Pátria"

Pág. 14

IVER PÁGINA



NÃO PINTCHA

REVISTA DE CONSENSO DA REVISTA DE ENTREVISTA E DEBATE

REVISTA DE CONSENSO DA REVISTA DE ENTREVISTA E DEBATE

CONSTITUÍDO O CONSELHO DA UNIDADE DA GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE



«Com este acto importante passo dado em frente, temos oportunidade de comemorar a união e a paz que nos aguarda, a oportunidade de aprofundar o trabalho transcende o que se nos cria como instituições do Partido de Amizade Social, como estruturas das práticas que queremos, uma política verdadeiramente livre, unida e próspera, digna do nosso povo herdeiro da Guiné e Cabo Verde».

Alfama, o primeiro
 Amílcar Faria, Secretário-Geral do PARG, e Presidente da República de Cabo Verde, no decorrer da cerimónia de constituição do Conselho da Unidade da Guiné-Cabo Verde. A cerimónia realizou-se no salão nobre do Palácio da República, em 10 de Junho de 1977.

Alfama, o primeiro
 O primeiro acto da cerimónia foi a leitura do discurso de Amílcar Faria, Secretário-Geral do PARG, e Presidente da República de Cabo Verde, no decorrer da cerimónia de constituição do Conselho da Unidade da Guiné-Cabo Verde. A cerimónia realizou-se no salão nobre do Palácio da República, em 10 de Junho de 1977.

(VER CENTRAS)

Guiné-Bissau e Cabo Verde presentes no FESTAC-77

Uma delegação da Guiné-Bissau e Cabo Verde participou no FESTAC-77, realizado em Lagos, capital do Estado de Lagos, em 1977. A delegação foi liderada por Amílcar Faria, Secretário-Geral do PARG, e Presidente da República de Cabo Verde. A delegação participou em várias actividades culturais e desportivas, e foi recebida com honras pelo povo de Lagos.

(VER OUTRAS NOTÍCIAS)

ANEXO 5 – Nô Pintcha
Edição de 20 de janeiro de 1977



NÔ PINTCHA

TRISSEMANARIO NACIONAL * PREÇO 1,50 PESOS

ANO II Nº 275 QUINTA-FEIRA 20 DE JANEIRO DE 1977

ORGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONE: 3715/3726/3728

BISSAU

Mais um fracasso do imperialismo

Na madrugada do passado dia 16 do corrente a África registou mais uma vez nas páginas da sua história um novo ataque do seu inimigo comum: O imperialismo internacional.

Mais uma vez esse inimigo declarado da África manobrou agressivamente as suas armas através de um grupo de mercenários que cobarde e criminosamente atacaram mais um país africano soberano na tentativa de lhe impor um sistema político e económico contrário aos reais interesses do seu povo e de tentar parar a marcha irreversível da África no caminho da independência, da dignidade e do progresso.

Esta agressão que se inscreve na linha da que foi cometida a 22 de Novembro de 1970 contra a nossa vizinha República Democrática da Guiné, da utilização massiva de mercenários e de fantoches em Angola e da cobarde agressão dos sionistas israelitas contra o aeroporto ugandês de Entebbe, foi um atentado não só contra um estado africano independente mas também contra toda a África livre e testemunha num complot organizado pelo imperialismo e pelas suas filiais do nosso Continente visando perpetuar a dominação dos povos africanos e a pilhagem dos nossos recursos naturais.

Desesperados perante as vitórias que registamos dia após dia na salvaguarda dos nossos direitos inalienáveis a reacção internacional e os seus agentes organizam-se e atacam em conjunto os estados africanos democráticos que lutam energeticamente para tirar o nosso Continente da dominação colonialista e neo-colonialista e para suprimir definitivamente do seio da Comunidade humana o vergonhoso sistema de discriminação racial e suas variantes: O apartheid e o sionismo.

No entanto os africanos já aprenderam, através de experiências amargas, como por exemplo Shaperville e Congo, que não podem limitar-se a chorar os seus mortos, a assistir passivamente a balcanização do seu continente, ao massacre dos seus irmãos e ao assassinato dos seus líderes. Hoje a nossa maturidade política, conquistada através de duras lutas, permite-nos compreender que não pode haver uma África que luta contra o colonialismo e outra que tenta conciliar-se com ele, que não é possível avançar isoladamente pois o nosso continente é como um grande corpo que recusa qualquer espécie de mutilação. É por isso que a nossa vigilância permite-nos derrotar os nossos inimigos e os seus agentes tal como aconteceu na Guiné-Conakry, em Angola e agora no Benin.

Mas o imperialismo recusa-se a aprender no processo histórico e ainda não compreendeu que o tempo das intervenções fáceis, das destabilizações e das pilhagens desencadeadas já ficaram para trás, pois hoje o nosso continente está mais forte, a nossa consciência política aumentou o número de países progressistas aumenta cada vez mais. Voltarão a atacar mas tal como aconteceu no Benin fracassarão pois não se pode fazer andar para trás as rodas da história e os povos africanos estão decididos a trilhar a senda do progresso e dispostos a rechacarem toda e qualquer tentativa de violação das suas fronteiras visto que estamos conscientes de que nenhuma parcela da África será completamente livre e a altura de atingir um perfeito desenvolvimento enquanto existirem regiões sob dominação colonial e enquanto os nossos imensos recursos forem explorados pelos interesses imperialistas e neo-colonialistas.

20 DE JANEIRO — HEROIS NACIONAIS



Completam-se hoje quatro anos após o bárbaro assassinato do nosso líder imortal camarada Amílcar Cabral. Pela primeira vez comemoramos esta data com a presença dos restos mortais do Militante n.º 1 do nosso Partido nesta terra que ele tanto amou e para qual deu a vida conjuntamente com outros filhos dignos do nosso povo cuja memória também evocamos hoje. Ao revivermos com profunda emoção os trágicos acontecimentos vividos a 20 de Janeiro de 1973 aquando do vil assassinato que nos privou da presença física do nosso líder, não podemos evitar que as lágrimas nos rolem pela face. Mas não podemos recordar esta data apenas com lágrimas pois, nós combatentes da liberdade e do progresso da África não choramos os nossos mortos.

Neste momento doloroso que recordamos para além de Amílcar Cabral todos aqueles que derramaram o seu sangue para que a nossa terra fosse livre e para que o nosso povo pudesse sair do jugo humilhante da dominação colonial-fascista portuguesa, devemos meditar na

dimensão do exemplo que eles nos legaram para melhor podermos compreender o passado, viver o presente e preparar o futuro. Hoje no momento em que o nosso povo único da Guiné e Cabo Verde está engajado na difícil mas aliciente tarefa de reconstrução nacional an

(Continua nas Centrais)

PEDRO PERALTA EM BISSAU



quarto aniversário do assassinato do nosso dirigente imortal, camarada Amílcar Cabral.

Falando das suas primeiras impressões ao pisar o solo livre da Guiné-Bissau o camarada Peralta declarou: «Ao sobrevoar a Pátria de Amílcar Cabral, senti-me inundado de muitas recordações, principalmente quando sobrevoei a parte sul do País. Recordei as minhas conversas com o camarada Amílcar Cabral, da luta e de toda a situação que eu, Nino, Manecas, Teófilo, Umarê e todos os outros camaradas vivemos. Recordo algumas palavras de Amílcar Cabral que nos dizia que a vitória da luta era a tarefa mais larga e mais difícil que tínhamos na nossa frente. Que nunca variamos nas mãos do inimigo e, isto foi cumprido. Recordo estas palavras de Amílcar Cabral precisamente alguns dias antes do quarto aniversário da sua morte. Isso traz-me uma grande tristeza. Foi como que perder uma parte de mim. Para mim, pensando revolucionariamente, uma pátria onde nasce um grande revolucionário é sem dúvida uma pátria de luta. Recordava isso porque sabia que estava a sobrevoar a minha pátria, a minha pátria livre».

O camarada Pedro Rodrigues Peralta participou como um grande combatente na nossa luta de libertação nacional e, depois de alguns anos ferido e capturado pela tropa colonial portuguesa que depois o enviaram para a prisão de Caxias onde permaneceu sob a vil tortura da ex-polícia fascista portuguesa (PIDE). Falando de toda

(Continua na pág. 6)

ANEXO 6 – Nô Pintcha
Edição de 19 de fevereiro de 1977



Festa Nacional da Gâmbia: Mensagem do Presidente ao Governo e povo gambianos

O povo da Gâmbia celebra, amanhã, mais um aniversário da sua festa nacional. Para o jubilar a nação, o Presidente da Comissão de Estado, camarada João Cabral, enviou ao Chefe de Estado gambiano, Sir Siaka Touré, a seguinte mensagem: "Dado o vosso um telegrama de felicitações, no seguinte teor: "Em nome do povo da Gâmbia, por ocasião do 12º aniversário da festa nacional da República da Gâmbia, formulo, em nome do nosso povo, da Divisão Nacional da PAIGC, do Conselho

de Estado e em meu nome próprio, melhores, gentilezas de fraternidade e os mais calorosos votos. Aproveito esta feliz ocasião para vos exprimir a nossa fidelidade quanto ao carácter que marca as boas relações de cooperação e de compreensão entre os povos dos países e Governos com vista a realização das aspirações dos nossos povos. Ao desejar-vos saúde e felicidade, formulo votos de progresso e prosperidade ao povo irmão gambiano."

Conselho de Ministros da OUA reúne em Lomé para discutir plano orçamental

● Guiné-Bissau participa

LOMÉ (AFP) — O Conselho de Ministros da OUA reuniu-se à sua sessão orçamental a partir de segunda-feira e irá a próxima, em Lomé, e durante uma semana. Se a adopção do orçamento da Organização para o exercício em curso é o motivo "estranho" desse reunião de Fevereiro, ela será o único ponto da ordem do dia. A política, devido à conjuntura de África, ocupará um grande lugar na ordem do dia dos seus trabalhos. O Secretário-

Geral Adjunto da OUA, Kamanda Wa Kamanda, afirmou-o à imprensa no final da audiência que concedeu na quinta-feira ao chefe de Estado togolês, general Gnassingbé Eyadema. O Conselho terá, pois, a examinar, precisou Kamanda, o relatório do Comité de Libertação da OUA sobre os problemas de descolonização do continente — uma eventual convenção sobre os mercenários em África, questão de actualidade entraria na ordem do dia —

a situação no Zimbábue e na África Austral em geral. A dimensão económica, acrescentou Kamanda, é um dos pontos problemáticos que faltam conquistar para perfazer as metas da independência. Também será, questiona Kamanda, o relatório da OUA sobre o Tercio Mundo, e também a cooperação em matéria de educação, ciência e de tecnologia. Por fim, o problema da reforma das estruturas da Organi-

zação é sempre um problema de actualidade. A fim de representar Guiné-Bissau nessa reunião, seguiu ontem para a capital togolês, uma delegação constituída pelos camaradas Joseph Touré do Conselho Superior Luta do Partido e secretário-geral do Comité do Estado dos Negócios Estrangeiros e do do Monteiro, director da Divisão de Ásia e Ocidente do mesmo Ministério.

Victor Saúde Maria foi recebido pelo Xá do Irão

O Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Guiné-Bissau, camarada Victor Saúde Maria, que se encontra actualmente em visita oficial a Teerão, capital do Irão, foi recebido na terça-feira passada em audiência pelo Xá do Irão, avançaram os jornais da capital iraniana. O chefe da diplomacia guineense havia deixado o país na manhã

de sábado dia 12 para uma visita de três dias, durante a qual discutirá com o Governo iraniano as possibilidades de ajuda ao nosso Governo. Acompanham o Comissário nessa sua deslocação os camaradas Indício Semedo Júnior, Director-Geral de Cooperação Internacional e Alfredo Cabral, do Comissariado dos Negócios Estrangeiros.

Inflação e o controlo de preços



Nô Pintcha publica a terceira e parte da sua série de reportagens sobre a inflação e o controlo de preços. Nesta parte final da série sobre regulação de preços, pois admite que continue a oscilar, de se verifica no sector do comércio não leva conta, muitas vezes, da inflação que, a cada vez, sabemos que uma classe para intermediários, que barcam produtos, pois especulam nos mercados ou não.

Fala-se depois do problema da carne e do de se encontrar o momento em B. pescado que é a 10 pesos o kg revende a 28 pesos produtos agrícolas especulação também.

Analisa o funcionamento dos, de artigos dos, do controlo do comércio externo, cadornas impõe Senegal, autêntico do negro e por conclusões.

(Ver

Evolução da política em Espanha

MADRID (AFP) — Vinte e oito partidos políticos já foram legalizados em Espanha desde a morte do general Franco e os dossiês de outros 18 partidos estão actualmente em estudo para serem ou não de frente oficial em Madrid. Entre os 18 partidos cujos estatutos estão em estudo encontram-se o Partido Comunista e o Partido Socialista Operário Espanhol Renovado. As eleições legislativas em Espanha desenhadas provavelmente em 5 de Junho próximo, pensa o diário madrilenho «Yas» publicado ontem. Embora o governo não tenha dado nenhuma precisão sobre a data das eleições, alguns indícios permitem pensar que ela será fixada em 5 de Junho acrescentou o jornal.

Edição de 24 de setembro de 1977



ANEXO 8 – Nô Pintcha
Edição de 08 de abril de 2002



ANEXO 9 – Nô Pintcha
Edição de 26 de setembro de 2008



ANEXO 10 – *Nô Pintcha*
Edição de 09 de outubro de 2008



ANEXO 11 – Diário Bissau
Edição de 08 de outubro de 2008



Política laboral

Greve-geral afecta transportes colectivos e as instituições públicas

Nas primeiras horas deste primeiro dia da greve geral decretada pela União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG) os efeitos se fizeram sentir, com maior incidência no sector dos transportes públicos. Com a adesão à greve pelo Sindicato dos Motoristas de Administração Pública Afins (SIMAPAA) a greve ganhou outros contornos, os táxis e "toca-tocas" deixaram de circular normalmente.

Ano lectivo 2008-2009

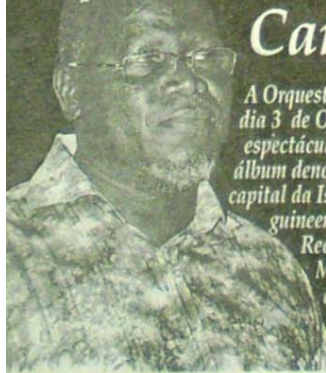


Abrir o que ainda nem sequer se fechou

Há cerca de quatro meses que as aulas encerraram nas escolas públicas, mas o Governo até agora não conseguiu declarar o fim do ano 2007/2008, devido ao desentendimento entre o Ministério da Educação Nacional e os dois Sindicatos dos Professores.

Música

Super Mama Djombo Canta e encanta



A Orquestra "Super Mama Djombo" realizou, no dia 3 de Outubro, no espaço Lenox em Bissau, o espectáculo da apresentação pública do seu último álbum denominado "Ar Puro" gravado em Reykjavik, capital da Islândia sobre a batuta do maior compositor guineense, Adriano Ferreira, vulgo Atchutchi.

Recorda-se que o conjunto musical "Super Mama Djombo" além de ser histórica é a mais antiga da Guiné-Bissau.

Conclusão: "Super Mama Djombo" cantou e encantou!

NARCOTRÁFICO



Ban Ki-moon pede sanções contra o país

Ban Ki-moon

EMIGRAÇÃO



O drama dos emigrantes africanos

Sofrimento de um emigrante

INTERNACIONAL



Obama já é o novo presidente dos EUA

Barack Obama

Segunda-feira 06 de Outubro de 2008 – Preço: 500 Fcfa

Ano - II Edição - 32

Última Hora

Semanário
Independente de
Informação Geral

E-mail: ultimahora@yahoo.com

4º PODER

Guiné-Bissau

35º Aniversário de naufrágio na penúria, desleixo, corrupção e...



Pode ler nesta edição:

Justiça

**MP admite reabrir inquérito sobre
as circunstâncias da morte de Seabra**

As mortes de Veríssimo Seabra e Domingos Barros podem não ficar impunes, como alguns militares estão a pensar. Quatro anos depois e depois, fontes judiciais admitem reabrir o inquérito sobre a matéria.



Batista Té a UH

**"Para que a nossa economia
funcione, temos de apostar no sector"**

O secretário de Estado da Indústria disse numa entrevista ao Última Hora (UH) que o sector industrial nacional está neste momento de rastos. Batista Té (BT) acha que ao longo desses anos, a Indústria nacional nunca foi valorizada.



Telecomunicações

**Roubo de fibra óptica da afecta mais
de 75% de produção da Orange**

Uma prática recorrente de origem desconhecida, tem provocado frequentemente cortes criminosos nas fibras ópticas da empresa de telecomunicações de operadora móvel Orange/Bissau. Esta é a sétima vez que foram roubados.



Saúde

**Cólera desidrata,
moe e mata no
Hospital Nacional
"Simão Mendes"**



Aviso da ONU

Ban Ki-Moon advertiu que o narcotráfico poderá valer sanções severas à Guiné-Bissau



O Secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, advertiu no dia 2 de Outubro que o tráfico de drogas e o crime organizado poderão causar sérios prejuízos à Guiné-Bissau. Para conter o preocupante aumento do tráfico de drogas, o secretário-geral da ONU solicitou ao CS que considere a imposição de sanções contra o país. Ban Ki-Moon disse que as drogas poderão "ameaçar os esforços para consolidar a paz no país, já fragilizado".

Desmantelado último reduto golpista no País contra o CEMGFA



A ESPERANÇA NASCEU HÁ TRINTA E CINCO ANOS ATRÁS

Gazeta^{de} Notícias

Director: Humberto Monteiro - Contribuinte n.º 510008739 - Ano X - N.º 559 - Bissau, 03 de Outubro 2008 - Sexta-Feira - Preço: 500 FCFA

MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA ACUSA PRS DE PRE- PARAR GOLPE DE ESTADO

- DENUNCIAM RENOVADORES EM COMUNICADO DE IMPRENSA




"A FUNÇÃO PÚBLICA PRECISA DE SER MODERNIZADA"

- DIZ MINISTRO FERNANDO GOMES

<h4>HISTÓRIA</h4> <h3>O LENDÁRIO "NÃO" DE SEKOU TOURÉ AO GENERAL DE GAULLE</h3> 	<h4>ENTREVISTA</h4> <h3>"SOMOS UM GIGAN- TE CREDÍVEL NO MERCADO"</h3> <p>- ADMINISTRADOR DA MTN GUINÉ-BISSAU</p> 
<p>JUVENTUDE DA AFP REALIZA 1ª CONVENÇÃO SOB O LEMA</p> <h3>"A JUVENTUDE DA ALIANÇA PARA UMA GOVERNAÇÃO PATRIÓTICA"</h3>	
<p>CASO FOSFATO DE FARIM</p> <h3>GB PHOSPHATE MINING LDA FAZ ESFORÇOS PARA NORMALIZAR E RETOMAR OPERAÇÕES</h3>	

ANEXO 14 – Bantaba di Nôbas
Edição de 03 de outubro de 2008



Crise bancaire
Le gouvernement
français se préoccupe
Pág. 5

Ensino Superior
Guiné-Bissau pode perder a
Universidade Amílcar
Cabral a favor do Lusófono
Pág. 4



Distribuído no: Senegal, Portugal, Espanha, França, Itália e Alemanha

BANTABA *di* **NÔBAS**

Ano - 01
Edição - 36
Sexta-feira, 3
de Outubro de 2008
Semanário de
Informação Geral

Director: Adulai Intombé - E-mail: jornalbantaba@yahoo.com.br - TM: 720 35 96 - 608 98 97 e 690 87 03

Preço
500 Ictia

A advertência é dos Renovadores



Cipriano Cassamá acusa
PRS de estar a preparar
Golpe de Estado
Pág. 16

A Direcção do Partido da Renovação Social tornou público ontem, através de um comunicado distribuído à imprensa foi acusado pelo Ministro da Administração Interna, Cipriano Cassamá de preparar uma tentativa de golpe de Estado para o período de 1 a 15 de Outubro corrente.

Francisco José Fadul ao Bantaba Di Nôba

"Se ganharmos as próximas
legislativas vamos promover
identidade, solidariedade e
a honra nacional"
Pág. 8 e 9



PR apela a necessidade de
dotar jornalistas de conheci-
mentos e meios necessários
Pág. 10





Quinta-feira, 9 de Outubro de 2008
Ano VI - Nº153
Contribuinte N.º 810613924
Preço: 500 Fela

Kansaré

Semanário de Informação Geral
Director: Fafali Koudawo
Email: kansare@eguitel.com Site Internet: www.kansare.com

ONUGBIS
Aposta na capacitação
dos media *Pág. 11*



Que futuro para a Guiné?

Pág. 5, 6, 7 e 8

Carta aberta ao Presidente da República

- Sobre os Direitos Primários do Povo

“O papel de árbitro que, ao presidente, cabe desempenhar no exercício do poder político, defendendo a Constituição e as Leis da República, confere-lhe o direito de declarar inconstitucional a não concretização dos Direitos Primários do Povo” interpela um eminente cidadão, Combatente da Liberdade da Pátria, governante da primeira hora, homem de ciência, amante do bem público, Filinto Vaz Martins.

O *Kansaré* propõe aos governantes e aos candidatos à governação, tomando o povo como testemunha, esta contribuição movida apenas pela consciência de uma cidadania responsável e a procura um caminho certo para um amanhã melhor, construído pela inteligência colectiva e o esforço de gente honesta, desprendida de interesse mesquinhos e votada ao bem comum.



Homens de negócios invadem as listas eleitorais

Política e empresa ou política é empresa?

Pág. 4

Demonstração de força dos sindicatos

Donde vem o fosso entre governos e trabalhadores?

-Análise de um autismo político *Pág. 3*

Há muito tempo que o ambiente era tenso. Há vários meses que um número crescente de trabalhadores queriam um confronto frontal com o governo. Qual quer governo. Foi o de Carlos Correia que apanhou a pancada da greve geral já planificada para obrigar a fazer mais concessões o seu antecessor do defunto Pacto de estabilidade política e governativa.





Rádio Sol Mansi
Uma Voz de paz na Guiné-Bissau

ANEXO 17 – Coluna *Foto da Semana* – *Nô Pintcha* edição de 9 de outubro de 2008

